

Índice Geral

PARTE I – DESCRIÇÃO

VOLUME I – ENQUADRAMENTO

VOLUME II – CARACTERIZAÇÃO FÍSICA

VOLUME III – CARACTERIZAÇÃO BIOLÓGICA

VOLUME IV – CARACTERIZAÇÃO DO USO DO SOLO, UNIDADES DE PAISAGEM, SÓCIO-ECONOMIA E PATRIMÓNIO

PARTE II – VALORAÇÃO

PARTE III – RELATÓRIO SÍNTESE

Índice

1.	USO DO SOLO	5
1.1.	METODOLOGIA	5
1.2.	USO ACTUAL DO SOLO	7
1.2.1.	Evolução do uso do solo	10
2.	UNIDADES DE PAISAGEM	15
2.1.	INTRODUÇÃO	15
2.2.	DESCRIÇÃO DAS UNIDADES DE PAISAGEM	16
2.2.1.	Masseiras da Apúlia	16
2.2.2.	Praia da Apúlia	17
2.2.3.	Moinhos da Apúlia	17
2.2.4.	Pinhal de Ofir	18
2.2.5.	Área Florestal e Agrícola de Fão	19
2.2.6.	Praias de Fão e Ofir	19
2.2.7.	Rio Cávado	20
2.2.8.	Restinga e Foz do Cávado	20
2.2.9.	Área Agrícola e Florestal de Cepães	20
2.2.10.	Praias de Suave Mar, Cepães e Mar	21
2.2.11.	Faixa Agrícola de Regos a Barrelas	22
2.2.12.	Praias de Belinho e Barca	23
2.2.13.	Área Agrícola e Florestal de Regos de Baixo	23
2.2.14.	Barca e Rio Neiva	24
3.	SOCIO-ECONOMIA	25
3.1.	POPULAÇÃO	25
3.1.1.	Introdução	25
3.1.2.	População Residente	26
3.1.3.	Lugares abrangidos pelo PNLN	30
3.1.4.	População Flutuante	32
3.1.5.	Estrutura Etária	33
3.1.6.	Nível Educacional da População	35

**PLANO DE ORDENAMENTO E GESTÃO DO PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE
 FASE 1 – PARTE I: DESCRIÇÃO – VOLUME IV: CARACTERIZAÇÃO DO USO DO SOLO,
 UNIDADES DE PAISAGEM, SOCIO-ECONOMIA E PATRIMÓNIO – JULHO 2007**

3.1.7.	População Activa e Desemprego.....	37
3.1.8.	População por Sectores de Actividade	37
3.2.	ACTIVIDADES.....	39
3.2.1.	Introdução	39
3.2.2.	Estrutura Económica	39
3.2.3.	Produção Agrícola e Pecuária	42
3.2.4.	Pesca e Apanha de Sargaço.....	46
3.2.5.	Construção civil e Indústria Transformadora	47
3.2.6.	Recreio e Turismo	48
4.	PATRIMÓNIO	54
4.1.	INTRODUÇÃO.....	54
4.2.	PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO, ARQUITECTÓNICO E EDIFICADO.....	54
4.3.	PATRIMÓNIO ETNOGRÁFICO.....	58
ANEXOS	61

Índice de Tabelas

Tabela 1-1 – Agrupamento das classes de uso do solo, do COS90 e CLC2000	6
Tabela 1-2 – Análise do uso do solo entre 1990 e 2000, na área do PNLN.....	12
Tabela 3-1 – Evolução da população residente, 1981-1991 e 1991-2001	26
Tabela 3-2 – População residente nos lugares das freguesias parcialmente abrangidas pelo PNLN, em 1981, 1991 e 2001.....	28
Tabela 3-3 – Parque habitacional e população residente nos aglomerados urbanos parcialmente integrados na área do PNLN, em 2001	30
Tabela 3-4 – Estrutura Etária, em 1981, 1991 e 2001	34
Tabela 3-5 – População Residente por Nível de Escolaridade	37
Tabela 3-6 – População Activa por Sectores de Actividade	38
Tabela 3-7 - Empresas sedeadas por ramo de actividade, em 2000 e 2004	41
Tabela 3-8 – População Agrícola.....	42
Tabela 3-9 – Produtores Agrícolas Singulares a Tempo Completo.....	43
Tabela 3-10 – Explorações agrícolas.....	44
Tabela 3-11 – Utilização das terras para exploração agrícola.....	44
Tabela 3-12 – Exploração pecuária	46
Tabela 3-13 – Empresas sedeadas na indústria transformadora, em 2000	48
Tabela 3-14 – Actividade hoteleira no concelho de Esposende, em 2004	49
Tabela 3-15 – Oferta de alojamento classificado nas freguesias do PNLN.....	50
Tabela 3-16 – Representatividade dos Alojamentos de Uso Sazonal ou Secundário, em 2001	51
Tabela 4-1 – Património Arqueológico Classificado nas freguesias do PNLN	Error! Bookmark not defined.
Tabela 4-2 – Inventário arqueológico municipal das freguesias parcialmente abrangidas pelo PNLN.....	56
Tabela 4-3 – Património Arquitectónico Classificado nas freguesias do PNLN	58

Índice de Figuras

Figura 1-1 – Uso actual do solo, de acordo com o CLC2000	8
Figura 1-2 – Uso do solo, de acordo com o COS 90	11

Índice de Gráficos

Gráfico 1-1 – Evolução do padrão de ocupação do solo na área do PNLN	13
Gráfico 3-1 – Densidade Populacional, em 1981, 1991 e 2001.....	27
Gráfico 3-2 - Estimativas da população flutuante nas freguesias parcialmente abrangidas pelo PNLN, 2001	33
Gráfico 3-3 – Índice de Envelhecimento, em 1981, 1991 e 2001	35
Gráfico 3-4 – Taxa de Analfabetismo.....	36
Gráfico 3-5 – Taxa de Actividade e Desemprego, em 1991 e 2001	37

1. USO DO SOLO

1.1. METODOLOGIA

A análise ao uso do solo no Parque Natural do Litoral Norte (PNLN), visa a caracterização das classes presentes nesta área com o objectivo de conhecer a situação actual relativamente a esta temática mas também para compreender as alterações do padrão de ocupação do solo na área do Parque. Face aos elementos cartográficos disponíveis optou-se pela análise comparativa entre os anos de 1990 e de 2000.

A cartografia de base utilizada nesta análise foi a Carta de Ocupação do Solo de 1990 (COS90) do Instituto Geográfico Português (IGP), que traduz a ocupação do solo no ano de 1990, produzida à escala 1:25 000, com o sistema de coordenadas *Lisboa Hayford Gauss IGeoE* e a Carta de Ocupação do Solo produto 3 do programa Corine Land Cover (CLC2000), correspondendo à base de dados nacional, da ocupação do solo referente ao ano 2000, com uma unidade mínima de 25ha, em formato vectorial, com o sistema de coordenadas *Lisboa Hayford Gauss IGeoE*.

Numa primeira fase, optou-se por utilizar as nomenclaturas mais detalhadas de ambos os produtos cartográficos, LEG no caso do COS90 e Nível 3 com 44 classes no caso do CLC2000. Devido às significativas diferenças entre uma e outra nomenclatura, esta opção não permitia uma análise viável dos mapas, pelo que se homogeneizou ambos os produtos pelo nível 2 da nomenclatura do CLC2000, onde se separam os usos e ocupações do solo por doze classes distintas.

Posteriormente e no sentido de compreender a evolução do uso do solo na área de intervenção, procedeu-se ao cálculo das áreas afectas a cada uma delas nos dois momentos temporais e sua análise.

A tabela seguinte expõe os agrupamentos de classes necessários à homogeneização das nomenclaturas.

PLANO DE ORDENAMENTO E GESTÃO DO PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE
FASE 1 – PARTE I: DESCRIÇÃO – VOLUME IV: CARACTERIZAÇÃO DO USO DO SOLO,
UNIDADES DE PAISAGEM, SOCIO-ECONOMIA E PATRIMÓNIO – JULHO 2007

Tabela 1-1 – Agrupamento das classes de uso do solo, do COS90 e CLC2000

COS90	CLC - Nível 2	CLC - Nível 3
Tecido urbano contínuo Tecido urbano descontínuo Outros espaços fora de tecido urbano consolidado	Tecido urbano	Tecido urbano descontínuo
Zonas portuárias Outras infra-estruturas e equipamentos	Indústria, comércio e transportes	''''
Espaços verdes urbanos	Zonas verdes ordenadas	Equipamentos desportivos e de lazer
Sequeiro Regadio	Culturas anuais	Culturas anuais de regadio
Cultura anual e vinha	Culturas permanentes	''''
Áreas agrícolas com espaços naturais importantes Sistemas culturais e parcelares complexos	Áreas agrícolas heterogéneas	Culturas anuais associadas às cult. permanentes Sistemas culturais e parcelares complexos Agricultura com espaços naturais
Eucalipto e pinheiro bravo com coberto sup. A 50% Pinheiro bravo e eucalipto, grau de coberto sup a 50% Pinheiro bravo e outras folhosas, grau de coberto 10 a 30% Pinheiro bravo e outras folhosas, grau de coberto 30 a 50% Pinheiro bravo e outras folhosas, grau de coberto sup 50% Pinheiro bravo	Florestas	Floresta de resinosas Floresta mista
Veg. Arb. alta e floresta de folhosas degrad ou de transição, coberto inf a 10% Veg. Arbustiva baixa - matos Veg. Arbustiva alta - floresta degradada	Vegetação arbustiva e herbáceas	''''

PLANO DE ORDENAMENTO E GESTÃO DO PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE
FASE 1 – PARTE I: DESCRIÇÃO – VOLUME IV: CARACTERIZAÇÃO DO USO DO SOLO,
UNIDADES DE PAISAGEM, SOCIO-ECONOMIA E PATRIMÓNIO – JULHO 2007

Outras áreas degradadas		
Praia, dunas, areias e solos sem cobertura vegetal	Zonas descobertas e com pouca vegetação	Praia, dunas e areia
Rocha nua		
Zonas intertidais	Zonas húmidas costeiras	Sapais
Cursos de água	Águas interiores	
„„	Águas marinhas	Estuário Mar e oceano

1.2. USO ACTUAL DO SOLO

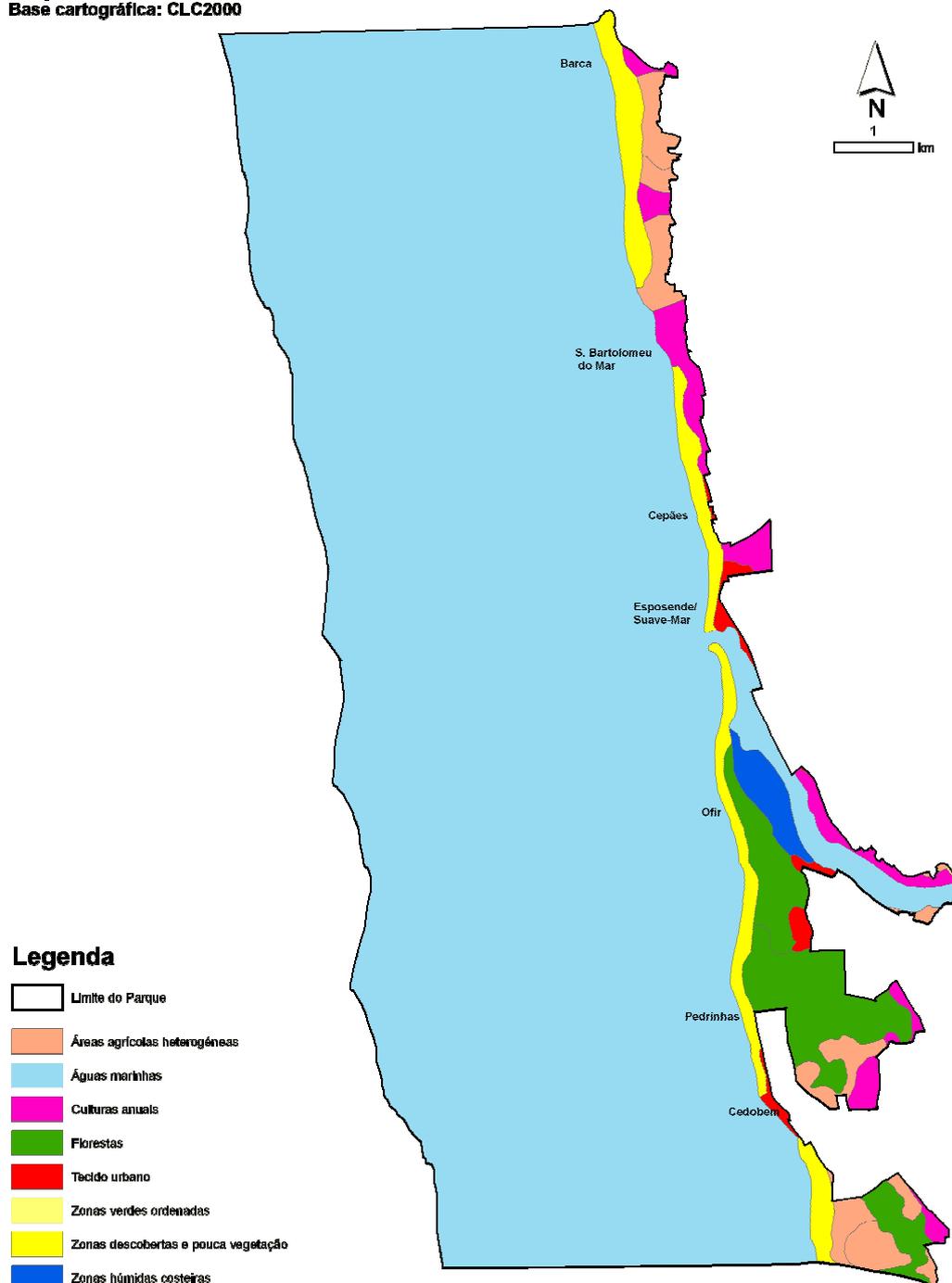
Na Figura 1-1 apresenta-se a distribuição espacial dos principais usos do solo, estabelecidos pelos critérios anteriormente expostos.

A observação da cartografia permite destacar para análise duas áreas geográficas distintas onde o estuário do Rio Cávado marca a fronteira entre os territórios da zona Norte e da zona Sul do Parque Natural.

PLANO DE ORDENAMENTO E GESTÃO DO PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE
FASE 1 – PARTE I: DESCRIÇÃO – VOLUME IV: CARACTERIZAÇÃO DO USO DO SOLO,
UNIDADES DE PAISAGEM, SOCIO-ECONOMIA E PATRIMÓNIO – JULHO 2007

Figura 1-1 – Uso actual do solo, de acordo com o CLC2000

Basê cartográfica: CLC2000



Na **zona Norte** predominam os usos agrícolas que se dividem de uma forma idêntica pelas classes de uso de áreas agrícolas heterogêneas e pelas áreas de culturas anuais.

Os núcleos urbanos que pontuam ao longo da zona costeira Norte são: Barca, S. Bartolomeu do Mar, Cepães e Suave Mar/ Esposende. Estes integram a classe

Tecido Urbano, não apresentando significativa ocupação, uma vez que a largura dos limites do Parque Natural, nesta faixa do território, é reduzida surgindo com maior expressão a frente urbana de Esposende, localizada a Norte da foz do estuário do Cávado.

O uso florestal não apresenta grande significado nesta carta, salientando-se o facto de que embora não esteja representado, o reconhecimento do local permitiu verificar a existência de pequenas manchas de floresta dispersa ao longo da linha de costa, a Norte do estuário.

Na classe de uso Zonas Descobertas e com Pouca Vegetação estão integradas as praias e dunas existentes ao longo da linha de costa, interrompendo na área de S. Bartolomeu do Mar, onde este aglomerado se localiza.

A existência de estradas principais paralelas à linha de costa é marcadamente característica da zona costeira nacional, bem como a existência de diversas estradas de menor importância, perpendiculares às zonas balneares permitindo o acesso público aos espaços que integram as áreas de Domínio Público Marítimo (DPM).

A **Zona a Sul** do estuário do Cávado corresponde à área do PNLN com maior expressão, uma vez que é nesta zona que os limites do mesmo se estendem mais para o interior.

Destaca-se, pela sua representatividade territorial, a área de Floresta correspondente ao Pinhal de Ofir, e ainda, as áreas agrícolas heterogêneas que integram as masseiras da Apúlia.

Mais para o interior surgem manchas de culturas anuais representando a actividade agrícola local.

À semelhança da Zona Norte, do estuário do Cávado, também esta Zona Sul se encontra marcada pela existência de uma longa faixa de zonas descobertas e de pouca vegetação que congregam as áreas de praia e de vegetação rasteira e arbustiva adjacentes à linha de costa.

O tecido urbano tem pouca representatividade nesta zona do Parque Natural devido à sua estrutura descontínua e pouco densa. Surge com maior expressão, o núcleo costeiro de Cedobém adjacente à linha de costa.

1.2.1. EVOLUÇÃO DO USO DO SOLO

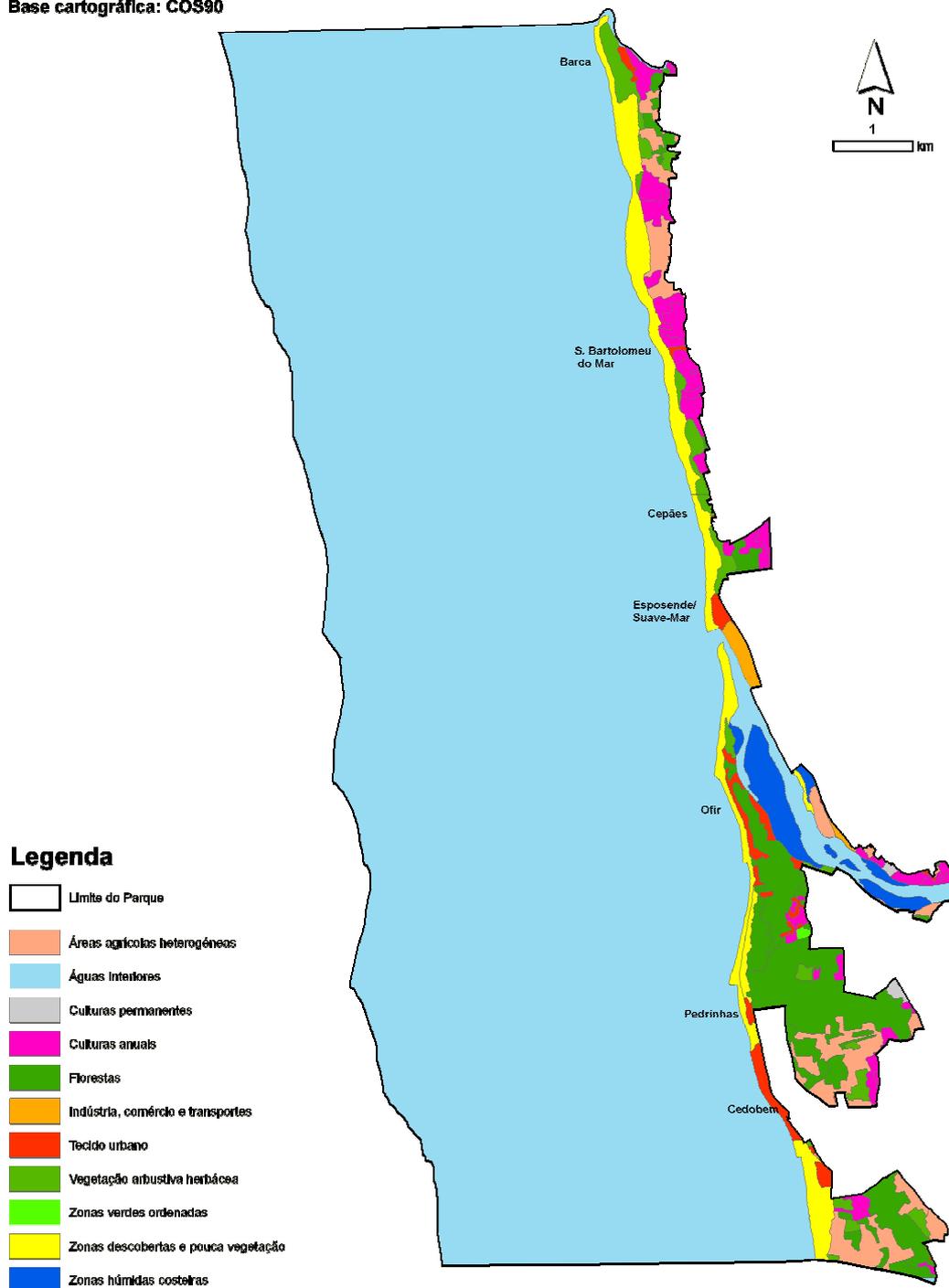
Com o objectivo de entender a dinâmica de evolução do uso do solo na área do PNLN, procedeu-se à análise comparativa entre os dados do uso do solo do COS90 e CLC 2000. Importa aqui salientar que as escalas de análise que estiveram na base da construção das duas cartografias utilizadas, COS90 (1: 25 000) e CLC200 (parcela mínima 25ha) e o agrupamento das classes de usos do solo, pelos diferentes níveis de desagregação, não são, numa análise superficial conclusivos sobre o uso detalhado do padrão existente. Neste sentido, o trabalho foi completado com uma visita de campo para aferição da situação actual, face ao carácter dos dados existentes.

A Figura 1-2 exhibe a distribuição das diferentes classes de uso no ano 1990, sendo notória a existência de pequenas manchas de tecido urbano existentes ao longo da zona costeira do Parque Natural, bem como de diversos núcleos de uso florestal.

PLANO DE ORDENAMENTO E GESTÃO DO PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE
FASE 1 – PARTE I: DESCRIÇÃO – VOLUME IV: CARACTERIZAÇÃO DO USO DO SOLO,
UNIDADES DE PAISAGEM, SOCIO-ECONOMIA E PATRIMÓNIO – JULHO 2007

Figura 1-2 – Uso do solo, de acordo com o COS 90

Base cartográfica: COS90



A Tabela 1-2 compara as classes de uso do solo, para os anos 1990 e 2000 verificando-se que no agrupamento de classes de uso efectuado, deixam de aparecer quatro classes: Indústria, Transportes e Comércio; Culturas Permanentes; Vegetação Arbustiva e Herbáceas e; Águas Interiores.

PLANO DE ORDENAMENTO E GESTÃO DO PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE
FASE 1 – PARTE I: DESCRIÇÃO – VOLUME IV: CARACTERIZAÇÃO DO USO DO SOLO,
UNIDADES DE PAISAGEM, SOCIO-ECONOMIA E PATRIMÓNIO – JULHO 2007

Tabela 1-2 – Análise do uso do solo entre 1990 e 2000, na área do PNLN

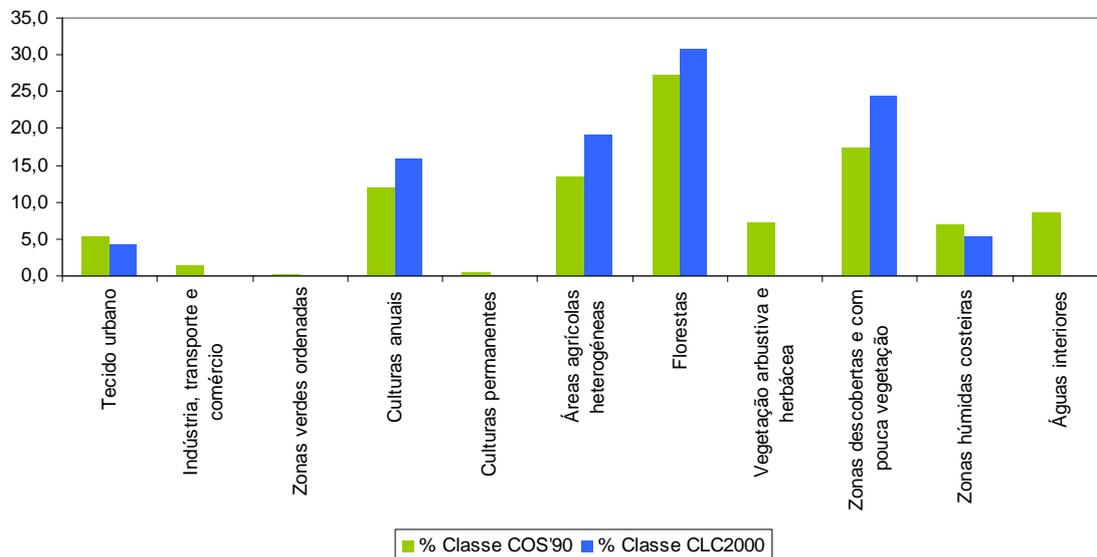
Descrição (Nível 2)	COS'90		CLC2000	
	Area (ha)	Area (ha)	% Classe	% Classe
Tecido urbano	66	46	5,3	4,2
Indústria, transporte e comércio	18	0	1,5	0,0
Zonas verdes ordenadas	2	1	0,2	0,1
Culturas anuais	147	176	11,9	16,0
Culturas permanentes	6	0	0,5	0,0
Áreas agrícolas heterogéneas	167	209	13,5	19,0
Florestas	336	339	27,2	30,8
Vegetação arbustiva e herbácea	88	0	7,1	0,0
Zonas descobertas e com pouca vegetação	215	270	17,4	24,5
Zonas húmidas costeiras	86	59	7,0	5,4
Águas interiores	106	0	8,6	0,0
Águas marinhas		7787		

Uma vez que a parcela mínima definida para cartografar foi de 25 ha, compreende-se o desaparecimento destas três classes de uso cuja dimensão não é assinalável nesta análise.

Tal situação de escala cartográfica explica também os dados do Gráfico 1-1 onde está exposta de forma mais acentuada a evolução do padrão de ocupação do solo, na área do Parque Natural.

**PLANO DE ORDENAMENTO E GESTÃO DO PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE
FASE 1 – PARTE I: DESCRIÇÃO – VOLUME IV: CARACTERIZAÇÃO DO USO DO SOLO,
UNIDADES DE PAISAGEM, SOCIO-ECONOMIA E PATRIMÓNIO – JULHO 2007**

Gráfico 1-1 – Evolução do padrão de ocupação do solo na área do PNLN



Podemos verificar que existem três classes de uso que apresentam um decréscimo, entre o período de 1990 e 2000. São elas: o Tecido Urbano; as Zonas Verdes Ordenadas e, as Zonas Húmidas Costeiras.

Esta situação contraria de algum modo a situação actual, verificada no terreno, e que importa explicar no sentido de compreender os resultados desta análise.

Relativamente ao Tecido Urbano esta classe engloba o tecido urbano contínuo e descontínuo. A leitura da Carta do Uso do Solo actual apresenta uma significativa diminuição de cerca de 1%. Tal situação decorre da parcela mínima definida, tendo o reconhecimento do local mostrado que o tecido urbano descontínuo existe mas com parcelas de menor dimensão, relativamente aos 25ha.

A mesma situação verifica-se na classe das Zonas Verdes Ordenadas que sendo de pequena dimensão, não foram contempladas e por essa razão surgem como tendo diminuído.

As áreas de culturas permanentes que englobam as culturas anuais e de vinha, na classificação do COS90, desaparecem e análise das cartas mostra a sua inclusão na mancha da classe Culturas Anuais, do CLC2000.

A diminuição de cerca de 1,6% das Zonas Húmidas Costeiras explica-se não pelo seu desaparecimento, enquanto espaços intertidais mas a sua pequena dimensão

**PLANO DE ORDENAMENTO E GESTÃO DO PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE
FASE 1 – PARTE I: DESCRIÇÃO – VOLUME IV: CARACTERIZAÇÃO DO USO DO SOLO,
UNIDADES DE PAISAGEM, SOCIO-ECONOMIA E PATRIMÓNIO – JULHO 2007**

permitiu a sua inclusão na classe actual de usos do solo: Águas marinhas, que incluem, para além do mar e oceano, também o estuário do Cavado.

Situação inversa verifica-se no crescimento da área de uso florestal com um aumento significativo da ordem dos 3,5% sendo que a visita aos locais mostrou a existirem diversas construções isoladas, próprias de um povoamento disperso um pouco por todas as manchas florestais.

Também se verifica um aumento substancial, na ordem dos 7%, na classe de uso de Zonas Descobertas e com pouca Vegetação, que integram as classes de praias, dunas e areia e, ainda solos sem cobertura vegetal. Esta classe integra ainda as áreas de vegetação arbustiva alta e floresta de folhosas degradadas ou de transição, cujo coberto é inferior a 10%.

As áreas agrícolas heterogéneas aumentaram cerca de 6%, com uma representação espacial mais homogénea, no uso actual do solo, sendo visível a integração nesta classe de uso de espaços de culturas anuais, como já foi referido, e ainda de floresta.

2. UNIDADES DE PAISAGEM

2.1. INTRODUÇÃO

A área do PNLN para além da forte presença da faixa oceânica em permanente contacto com a orla costeira, evidencia claramente uma intensa humanização da sua paisagem, consequência da ocupação e actividade desenvolvidas ao longo de séculos.

A modelação da paisagem pelo homem é preponderante neste território, e revela-se de três formas: o uso agrícola, apoiado em terrenos de aptidão favorável; a utilização e ocupação de praias para recreio e lazer e o desenvolvimento de diversos núcleos urbanos.

Toda a área do parque natural desenvolve-se em terrenos planos, com uma variação altimétrica que não ultrapassa os 24 metros. O cordão dunar, na maior parte desta faixa costeira, não assume altura muito saliente, à excepção da parte mais a Norte onde a modelação do relevo se torna mais pronunciada.

A análise das tipologias de ocupação do território, conjugando as áreas artificializadas ou humanizadas com as áreas naturais, conduz à identificação de um conjunto de unidades de paisagem.

Os atributos visuais da paisagem resultam da conjugação das suas características intrínsecas como a vegetação, as formas de uso do solo, a dinâmica orográfica, a presença de valores cénicos ou intrusões e de cenários e enquadramentos harmoniosos.

Em função dessas características e da importância de cada aspecto mais relevante, distinguem-se 14 unidades de paisagem:

1. Masseiras da Apúlia.
2. Praia da Apúlia.
3. Moinhos de Apulia.
4. Pinhal de Ofir.
5. Área Florestal e Agrícola de Fão.
6. Praias de Fão e Ofir.
7. Rio Cávado.
8. Restinga e Foz do Cávado.
9. Área Agrícola e Florestal de Cepães.
10. Praias de Suave Mar, Cepães e Mar.

11. Faixa Agrícola de Regos a Barrelas.
12. Praias de Belinho e Barca.
13. Área Agrícola e Florestal de Regos de Baixo.
14. Barca e Rio Neiva.

2.2. DESCRIÇÃO DAS UNIDADES DE PAISAGEM

2.2.1. MASSEIRAS DA APÚLIA

A singularidade desta paisagem é o aspecto que sobressai com mais evidência, numa área situada no limite Sul do concelho de Esposende.

A utilização agrícola de terrenos próximos das dunas e da praia, desenvolveu-se no último século recorrendo a uma forma engenhosa de modelar o terreno, rebaixando-o para dessa forma o abrigar de ventos agrestes e aproximar de níveis freáticos propícios ao crescimento das culturas. Essa configuração dos terrenos, de forma rectangular, implicou o desenvolvimento de vegetação nos taludes interiores, como forma de fixação das terras e de, simultaneamente, se manterem também produtivas. É por isso que surge a cultura da vinha presente com frequência nos taludes das masseiras, mas também alguma vegetação arbustiva. O aparecimento de algumas estruturas de estufa nestes núcleos veio obviamente desvalorizar a paisagem, por constituírem intrusões visuais.

Fotografia 2-1 – Vista de uma masseira



O mosaico agrícola nesta unidade, rico de texturas e coloridos ao longo do ano, pela evolução sazonal das culturas, possui média a elevada qualidade visual, onde a

singularidade é um atributo em destaque, desde que não estejam presentes as estufas.

2.2.2. PRAIA DA APÚLIA

Esta segunda unidade de paisagem, é definida onde acaba a utilização agrícola e começa o sistema dunar, estreito, e o areal das praias.

Aqui se observa o desaguar de duas pequenas ribeiras ou linhas de drenagem natural, que, no areal procuram o percurso até ao mar.

A paisagem é pouco variada, exibindo apenas o monocromatismo do areal da praia e a suave ondulação dunar, revestida com vegetação herbácea pouco densa. O protagonista é sem dúvida o mar com as suas ondas que não se cansam de se estenderem na praia, em ritmos ora mais agitados ora mais calmos e tranquilos. A presença forte do vasto plano de água do mar e a dinâmica deste permanente contacto com a praia, conferem a esta unidade uma média qualidade visual.

2.2.3. MOINHOS DA APÚLIA

De Sul para Norte, junto ao areal, aparece o núcleo urbano da Apúlia e, a seguir, entre a EM 501 e o mar, identificam-se quatro curiosos moinhos de pedra (Moinhos da Apúlia) e núcleos de habitações e pequenas casas construídas inicialmente para apoio de pescadores. O núcleo de Cedobem é composto por um conjunto de pequenas edificações, algumas com aspecto abarracado, que servem de habitação e de armazém ou apoios de pesca.

A faixa de praia inclui também um cordão de afloramentos rochosos que se tornam mais visíveis na baixa-mar e que constituem valores cénicos a reter.

A ausência de vegetação arbórea ou arbustiva nesta interface entre a praia e a área urbana, faz com que os moinhos e as pequenas casas de paredes e cobertura arredondadas, que constituem interessantes valores cénicos da paisagem, se percam no contexto de uma envolvente marcada pela presença urbanizada. O que podia ser um atributo de elevada qualidade visual, é por isso desvalorizado pelo enquadramento cénico pouco interessante neste local.

Também o conjunto edificado, ancorado na estrada e sem coerência e integração paisagística, constitui um elemento que desvaloriza a paisagem local.

Fotografia 2-2 - Os moinhos enquadrados por uma ocupação urbana com pouco interesse cénico



Assim pode afirmar-se que esta unidade de paisagem possui média a elevada qualidade visual, pelo conjunto de valores cénicos que encerra, perturbada no entanto pelo enquadramento urbano com pouco valor cénico.

2.2.4. PINHAL DE OFIR

Ainda na relação com o sistema dunar, para Norte, identifica-se uma vasta área de ocupação florestal, dominada essencialmente por pinhal bravo, que se desenvolve também no sentido do estuário do rio Cávado.

A proximidade da beira-mar, que atrai naturalmente para o recreio e lazer, tem atraído o aparecimento de lotes com moradias construídas no pinhal. No entanto, a elevada capacidade de absorção visual que o pinhal possui, permite a manutenção dos atributos da paisagem.

A capela da Senhora da Bonança, integrada no pinhal, constitui um valor cénico importante que esta unidade de paisagem possui.

A qualidade visual é por isso média, tendo em conta a baixa diversidade que se observa.

2.2.5. ÁREA FLORESTAL E AGRÍCOLA DE FÃO

Entre a Apúlia e Fão desenvolve-se uma extensa área de actividade agrícola, onde se observam também diversas estruturas de estufa, para floricultura ou produção hortícola.

No contexto desta unidade, surgem em alternância alguns núcleos de uso florestal, com pinheiros bravos, eucaliptos e a presença disseminada de acácias. Importa também destacar a existência de um escasso número de carvalhos, que ocorre pontualmente no contexto da ocupação de tipo florestal.

Esta unidade acolhe ainda em parcelas no meio da densa vegetação arbórea, alguns campos de pastagens para bovinos.

A diversidade do mosaico agrícola intercalado com os núcleos de volumetria arbórea do pinhal e do eucaliptal, conferem a esta unidade uma qualidade visual elevada, apenas desvalorizada quando se tornam visíveis as estruturas plastificadas das estufas.

2.2.6. PRAIAS DE FÃO E OFIR

Entre o pinhal de Ofir e o mar, encontra-se de novo a faixa dunar e a praia, definindo assim outra unidade de paisagem. A largura do sistema dunar é agora um pouco maior, mas revela-se pouco estável, por escassez de vegetação de protecção e fixação. É a pressão da utilização humana da praia e acessos que tem condicionado a sua defesa.

A praia de Ofir tem ainda um conjunto edificado que se destaca nesta região. Trata-se do Hotel de Ofir, um campo relvado e três torres de 18 andares, isoladas, com espaço de estacionamento em redor, em frente à praia. Há ainda um conjunto de moradias de férias no cordão urbanizado antes do hotel e a seguir às torres.

Esta forma de ocupação urbana à beira-mar, com as vastas superfícies pavimentadas e a exagerada volumetria das torres construídas, retiram qualidade visual a esta unidade, onde a conjugação do mar com a praia e o cenário das dunas e do pinhal poderiam induzir uma elevada qualidade visual.

É por isso que se identifica uma qualidade visual média a baixa, por força da presença daquelas intrusões visuais.

2.2.7. RIO CÁVADO

O leito do rio Cavado alarga-se naturalmente neste trecho final, porque a planura dos terrenos se abre facilmente ao espraiair das águas. Os campos agrícolas encostam-se nas margens do rio, sem galeria de vegetação significativa.

Fão e Esposende desenvolveram-se viradas para o rio e unem-se há décadas por uma ponte que suporta a ligação da EN 13.

O estuário fluvial vê desenvolver-se com a dinâmica do escoamento e das marés diversas formações de ínsuas, dando origem a um leito principal que corre junto a Esposende, e outros secundários que fazem percursos entre os depósitos sedimentares.

Esta unidade de paisagem apresenta por isso um conjunto de atributos de elevada qualidade visual, também valorizada pela presença dos elementos construídos na relação com o rio, como a ponte de Luís Filipe e a marginal de Fão.

2.2.8. RESTINGA E FOZ DO CÁVADO

Esta unidade é definida na zona de confluência do rio Cávado com o mar – a foz. Entre o mar e sua ondulação e o leito deste rio em Esposende, existe um denso cordão de areias – a restinga, que equilibra os fluxos de água de ambos os sentidos. A constante dinâmica deste relacionamento, ao longo do ano e dos anos, não permite a estabilização e fixação de vegetação densa e significativa.

Os principais factores que se destacam nesta paisagem são os planos de água, do rio e do mar, que transmitem sensações repousantes e tranquilas. A ligação do núcleo urbano com a foz do Cávado faz-se com a presença de muros ou barreiras construídas, que definem bem o limite da margem direita, e com um pequeno cais e ancoradouro para pequenas embarcações. A aproximação a este contacto com o rio e o mar é facilitada pela existência de muretes e locais de estacionamento e estadia.

A forte dominância do elemento água nesta unidade de paisagem e a dinâmica a ela associada, nos afluxos e refluxos de caudais e marés, conferem-lhe uma média a elevada qualidade visual.

2.2.9. ÁREA AGRÍCOLA E FLORESTAL DE CEPÃES

Destaca-se esta unidade, com ocupação agrícola e florestal, entre os núcleos urbanos de Suave Mar, no limite Norte de Esposende, e Cepães. Constitui uma quebra no contínuo urbano.

Esta contenção ainda persiste devido em grande parte à presença de uma parcela significativa de pinhal adulto, que ocupa quase metade da área desta unidade de paisagem.

A utilização agrícola surge depois até à EN 13, prolongando-se ainda pela planície mais interior, mas já fora da área do PNLN. São sobretudo culturas hortícolas, milho e forrageiras, em pequenas parcelas que se sucedem sem compartimentações, só se distinguindo pelo tipo de cultura, tonalidades e orientação dos respectivos cultivos. Dentro desta unidade, integradas na mancha de tipo florestal, encontram-se algumas moradias de habitação, em lotes com uso hortícola em simultâneo.

Este conjunto de atributos servirá de charneira entre dois importantes núcleos urbanos – Esposende e Cepães, reduzindo a artificialização e valorizando a paisagem com a volumetria, os coloridos e as texturas da vegetação agro-florestal presente. É pois admissível considerar que esta unidade de paisagem adquire uma elevada qualidade visual.

2.2.10. PRAIAS DE SUAVE MAR, CEPÃES E MAR

A partir do farol de Esposende, e do forte de S. João Baptista, inicia-se para Norte uma extensa área de praias, conhecidas por praia de Suave Mar, de Cepães e do Mar.

O areal é razoavelmente largo. A interface dunar encontra-se com revestimento vegetal muito precário, pressionado pela intensa pressão humana.

Estão incluídos na área em estudo, alguns apoios de praia em todo este corredor banhear, uns de maior outros de menor efeito intrusivo na paisagem.

A praia do Mar é a que possui areal mais estreito e tem mais afloramentos rochosos na beira-mar. O pequeno núcleo de edificações junto à praia está no presente a ser ameaçado pelas investidas da ondulação.

Ainda junto ao farol de Esposende, está também incluída na área do PNLN um conjunto de moradias mesmo em frente à praia, na zona dunar, e uma área pavimentada para estacionamento. A proximidade das edificações da praia e a ausência de vegetação que favorecesse a integração e o envolvimento paisagístico do conjunto, faz com que esta unidade de paisagem se apresente aqui com uma baixa a média qualidade visual. Apenas o mar e a sua ondulação, que não pára de se estender na praia, representa aqui um factor de qualidade e valorização cénica. As restante zonas da unidade, apesar de exibirem aspectos mais naturalizados como

a vegetação dunar, o desaguar de ribeiras de escoamento natural e a própria praia, continuam a reter intrusões visuais, como o campo de jogos e alguns apoios de praia, o que não contribui para elevar os atributos de qualidade visual da paisagem.

2.2.11. FAIXA AGRÍCOLA DE REGOS A BARRELAS

Na faixa mais a Norte do PNLN, a formação dunar começa a ser mais elevada e a demarcação da planície agrícola nas suas costas torna-se mais evidente. De Sul para Norte, desde Barrelas a Regos, encontra-se muito activo o uso agrícola dos terrenos, e não se vê mais nada nesta paisagem que não sejam os variados coloridos e texturas das culturas que aqui se desenvolvem.

A planura dos campos, sem volumetria visível, exceptuando aqui e ali algumas edificações de apoio rural ou mesmo de habitação, torna a paisagem pouco diversificada. O aspecto mais interessante acaba por ser o colorido variado e de curiosa evolução sazonal.

É preciso destacar que, se acrescentarmos a esta unidade o cenário mais interior do eixo urbanizado da EN 13 e do cordão montanhoso de primeira linha, então encontramos um conjunto muito mais rico e harmonioso, completando-se um magnífico enquadramento, rico e diversificado nos elementos que o compõem.

Fotografia 2-3 - Paisagem agrícola com valorização cénica induzida pela faixa urbanizada e pelo cordão montanhoso ao fundo



Assim, esta unidade de paisagem, no contexto dos limites do parque natural e dos contornos das tipologias de uso e ocupação do solo, possui média qualidade visual. Se no entanto a integramos no conjunto cénico que a envolve e enquadra, então podemos afirmar que se trata de uma paisagem de elevada qualidade visual.

2.2.12. PRAIAS DE BELINHO E BARCA

Nesta zona mais a Norte da área do parque, a praia volta a ser mais estreita e com mais afloramentos rochosos à beira-mar.

A praia de Barca, no limite as Norte, que confina com a foz do rio Neiva, volta a ter um areal mais amplo e sem rochedos na zona da rebentação.

O sistema dunar eleva-se a cotas mais pronunciadas (até 20 a 24 metros de altitude) e favorece por isso uma compartimentação mais forte, separando de forma mais evidente a praia dos campos agrícolas, do outro lado das dunas.

Esta estrutura do cordão dunar, já permitiu um maior desenvolvimento de vegetação, que aqui contribui para valorizar os atributos da paisagem.

Pode então identificar-se nesta unidade uma média a elevada qualidade visual.

2.2.13. ÁREA AGRÍCOLA E FLORESTAL DE REGOS DE BAIXO

Nas costas do sistema dunar descrito na unidade anterior, desenvolve-se outra área de ocupação mista, agrícola e florestal.

É notória a diferença para com as áreas mais a Sul, muito mais intensas de actividade agrícola.

A alternância de manchas de ocupação florestal (com pinhal ou eucaliptal, mas também com muitas acácias disseminadas por inúmeros locais), com parcelas de utilização agrícola tradicional, com hortícolas, milho e forragem, confere uma outra imagem a esta paisagem, que não deixa de se apoiar numa vasta planície entre o mar e a serra.

Regista-se também uma maior tendência para uma certa compartimentação dos campos agrícolas, visível pela presença de formações arbustivas a marginalizar os terrenos e os eixos de acessibilidade local. Algumas habitações e edificações de apoio rural pontuam em alguns locais dispersos nesta unidade.

Em face da caracterização realizada, é possível afirmar que existe uma qualidade visual média a elevada nesta unidade de paisagem.

2.2.14. BARCA E RIO NEIVA

Por último identifica-se uma unidade de paisagem na fronteira Norte do PNLN, que abrange o núcleo urbano com moradias da Barca e o troço final do rio Neiva, até à foz.

Fotografia 2-4 - Rio Neiva



Esta unidade engloba vários aspectos muito interessantes, na relação que estabelecem entre si. Encontramos um núcleo edificado simples, coerente e ordenado, composto por moradias e superfícies de piscina, embora com uma ou outra intrusão arquitectónica, e, na envolvente, um conjunto arborizado com pinhal que funciona de forma eficaz como integração paisagística equilibrada deste espaço humanizado. O rio Neiva, com as suas margens bem definidas por alguma vegetação arbórea e arbustiva, e os campos agrícolas adjacentes, completam este conjunto cénico, onde a diversidade e a harmonia marcam presença.

3. SOCIO-ECONOMIA

3.1. POPULAÇÃO

3.1.1. INTRODUÇÃO

No presente capítulo, é feita a caracterização demográfica e sócio-económica da população residente no PNLN e envolvente, devidamente enquadrada no contexto sub-regional.

Esta caracterização incide preferencialmente sobre a população residente no PNLN, sendo que, todavia, a informação disponibilizada pelo INE ao nível do lugar e da freguesia, não permite responder à totalidade dos elementos solicitados no âmbito das Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos para a execução do Plano de Ordenamento e Gestão (POG) do PNLN, nomeadamente a estrutura etária e por sectores de actividade.

Assim sendo, procede-se também à análise do concelho de Esposende, que encontrando-se apenas parcialmente abrangido, permite a aferição daqueles indicadores demográficos para área de estudo.

Para além dos indicadores acima referidos, serão também considerados alguns descritores de modo a aferir o nível de desenvolvimento sócio-económico da população, tais como o nível de escolaridade e taxas de actividade e desemprego.

Estes e os restantes indicadores utilizados para a caracterização da população a nível local (ao nível do concelho e, quando disponível, da freguesia e do lugar) serão enquadrados com o comportamento dos mesmos indicadores a nível sub-regional (NUTS III - Cávado).

Procede-se também à análise da evolução destes indicadores nos últimos 20 anos (tal como solicitado nas especificações técnicas do ICN), sendo que alguns desses indicadores demográficos e socio-económicos apenas são disponibilizados, no Recenseamento de 1981, ao nível do Distrito, limitando-se, por isso, a análise ao período 1991-2001.

A análise será, pois, elaborada com base na informação disponibilizada pelo INE, tendo por referência principal os Recenseamentos da População e da Habitação de 1981 (Distrito de Braga), 1991 e 2001 (Região Norte).

3.1.2. POPULAÇÃO RESIDENTE

O PNLN insere-se, como já referido, na sub-região do Cávado, a qual apresenta uma dinâmica demográfica positiva (11,3% entre 1991 e 2001), sendo acompanhado pelo concelho de Esposende, com um acréscimo populacional de 10,7% no último período intercensitário (superior aos 5,1% entre 1981 e 1991).

Em 2001, residiam 33 325 habitantes no concelho de Esposende, dos quais 66% se concentram nas freguesias litorais, parcialmente abrangidas pelo PNLN – Antas, Apúlia, Belinho, Esposende, Fão, Gandra, Mar e Marinhas. Todas estas apresentam também uma tendência evolutiva positiva no último período intercensitário¹, apresentando no seu conjunto um acréscimo populacional ligeiramente superior ao do concelho. Este é mais significativo nas freguesias de Gandra (17,1%), de Marinhas (18,8%) e de Esposende (24,4%), que abrangem a cidade de Esposende, sede de concelho.

Tabela 3-1 – Evolução da população residente, 1981-1991 e 1991-2001

Freguesias	População (hab.)			Variação (%)	
	1981	1991	2001	1981-1991	1991-2001
Cávado	*	353267	393063		11,3
Esposende	28652	30101	33325	5,1	10,7
Antas	1894	2010	2163	6,1	7,6
Apúlia	3854	4101	4323	6,4	5,4
Belinho	2105	1981	2146	-5,9	8,3
Esposende	2189	2789	3470	27,4	24,4
Fão	2588	2642	2843	2,1	7,6
Gandra	903	1071	1254	18,6	17,1
Mar	1178	1305	1381	10,8	5,8
Marinhas	4346	4779	5677	10,0	18,8
Total das Freguesias	18154	19607	22003	8,0	12,2

Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação – 1981, Censos 91 e Censos 2001

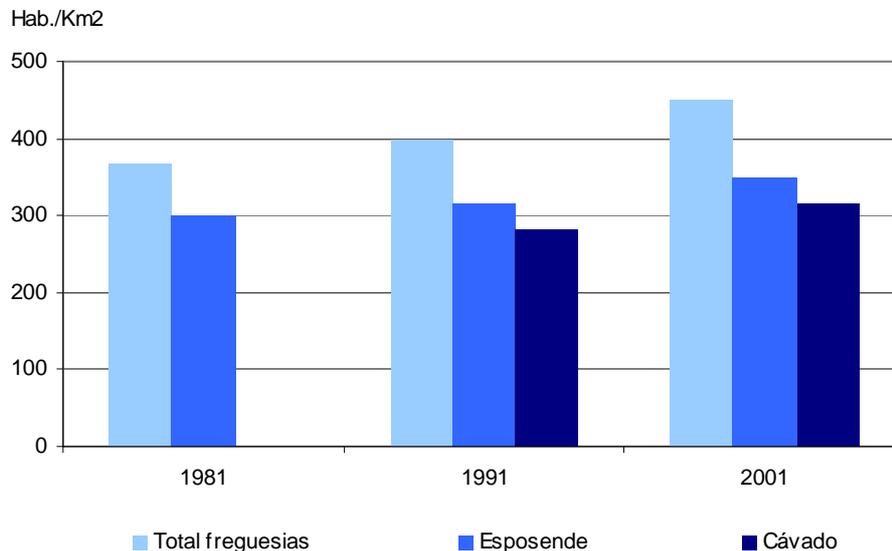
* O Recenseamento da População e Habitação de 1981 não se encontra organizado por NUT's.

Esta dinâmica demográfica traduz-se também num aumento da densidade populacional, maior nas freguesias parcialmente abrangidas pelo PNLN, e consentâneo com a tendência de concentração populacional no litoral. No seu conjunto, as freguesias de estudo apresentam, em 2001, uma densidade populacional de 450 habitantes por Km², consideravelmente superior à concelhia e sub-regional, deixando antever a pressão humana incidente sobre a área protegida.

¹ O mesmo se verifica em relação ao período 1981-1991, com excepção de Belinho que perdeu 5,9% da sua população residente.

**PLANO DE ORDENAMENTO E GESTÃO DO PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE
 FASE 1 – PARTE I: DESCRIÇÃO – VOLUME IV: CARACTERIZAÇÃO DO USO DO SOLO,
 UNIDADES DE PAISAGEM, SOCIO-ECONOMIA E PATRIMÓNIO – JULHO 2007**

Gráfico 3-1 – Densidade Populacional, em 1981, 1991 e 2001



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação – 1981, Censos 91 e Censos 2001.

Nota: Não é apresentada a densidade populacional para a NUT III - Cávado em 1981, na medida em que este Recenseamento se encontrava ainda organizado por distritos.

Foram identificados, com base nos Censos 2001, 25 aglomerados populacionais nas freguesias parcialmente abrangidas no PNLN, tal como apresentado na Tabela 3-2. Estes lugares localizam-se, na sua maioria, no exterior dos limites do PNLN, destacando-se, pela maior proximidade ou integração parcial (sempre pouco significativa) os lugares da Apúlia, Fão, Esposende, Lugar de Baixo (Mar) e Barca.

Optou-se, todavia, por proceder à análise da evolução demográfica (últimos 20 anos²) para todo o conjunto de aglomerados populacionais das freguesias parcialmente abrangidas pelo PNLN, face à proximidade geográfica e ligação funcional daqueles mesmos aglomerados à área do PNLN. No entanto, a análise dos últimos 20 anos (Tabela 3-2) não permite aferir a dinâmica particular de evolução dos aglomerados, dada a ocorrência de movimentos de agregação geográfica de vários aglomerados, sendo o número em 2001 (25 lugares) inferior ao identificado pelo Recenseamento da População e Habitação de 1981, 34 lugares.

Ainda assim, é evidente um crescimento geral dos aglomerados das freguesias abrangidas pelo PNLN, mais acentuado no último período intercensitário, assistindo-

² De acordo as orientações do Anexo I – Notas de Conteúdo dos Estudos de Base, do Caderno de Encargos para a execução do POGPNLN.

PLANO DE ORDENAMENTO E GESTÃO DO PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE
FASE 1 – PARTE I: DESCRIÇÃO – VOLUME IV: CARACTERIZAÇÃO DO USO DO SOLO,
UNIDADES DE PAISAGEM, SOCIO-ECONOMIA E PATRIMÓNIO – JULHO 2007

se, em contrapartida, a uma redução da população residente fora dos aglomerados populacionais³, reduzida a 32 habitantes em 2001.

Em 2001, a cidade de Esposende⁴, sede de concelho, constitui o principal aglomerado populacional do conjunto das freguesias parcialmente abrangidas pelo PNLN. A cidade de Esposende tem 9 197 habitantes, cerca de 40% da população residente nas freguesias parcialmente abrangidas pelo PNLN. Esta é seguida da Apúlia⁵, que detém, no mesmo ano, 4 323 habitantes, destacando-se outros dois lugares com mais de 1 000 habitantes – Fão (2 843 habitantes) e Lugar de Cima (1016 habitantes).

Tabela 3-2 – População residente nos lugares das freguesias parcialmente abrangidas pelo PNLN, em 1981, 1991 e 2001

Lugares	Freguesias	População Residente		
		1981	1991	2001
Esposende	Esposende + Marinhas+Gandra (e)	2189	2789	9197
Apúlia	Apúlia			4323
Fão	Fão	2374	1922	2843
Lugar de Cima	Mar	868	947	1016
Guilheta	Antas	590	644	798
Barros	Belinho	25	531	577
Azevedo	Antas	370	376	470
Infesta	Belinho	71	479	442
Descampado	Gandra	346	648	437
Lugar de Baixo	Mar	310	358	365
Pereira	Antas	93	390	351
Igreja	Gandra	206	195	279
Caniço	Belinho	235	244	250
Souto	Gandra	81		237
Feital	Belinho	475	245	211
Belinho	Antas + Belinho	433	414	375
Fonte	Gandra	148	170	207
Outeiro (a)	Belinho	1196	491	193
Estrada	Antas	184	186	157
Monte (b)	Antas	858	646	150

³ Representada pela população isolada em 1981 e 1991, e pela população residual em 2001.

⁴ Único aglomerado populacional abrangido pelas freguesias de Gandra, Marinhas e Esposende em 2001.

⁵ A designação do lugar da Apúlia ocorre nos Censos 2001, resultando da agregação dos lugares da Igreja, Areia, Criad, Paredes, Forca e Cedobém, constantes dos Censos 91.

PLANO DE ORDENAMENTO E GESTÃO DO PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE
FASE 1 – PARTE I: DESCRIÇÃO – VOLUME IV: CARACTERIZAÇÃO DO USO DO SOLO,
UNIDADES DE PAISAGEM, SOCIO-ECONOMIA E PATRIMÓNIO – JULHO 2007

Calvário	Belinho			109
Santo Amaro	Belinho	58	87	107
São Fins (d)	Belinho	322	185	73
Sao Paio de Cima	Antas		50	37
Barca	Gandra			21
Rio de Moinhos	Marinhas	796	683	
Rio	Marinhas	257	635	
Pinhote	Marinhas	720	566	
Paredes	Apúlia	371	299	
Paco	Gandra	94	21	
Ofir	Fão	47	104	
Lugar de Igreja	Marinhas		276	
Lírios	Fão	161	616	
Igreja**	Apúlia	530	1588	
Goios	Marinhas	692	810	
Forca	Apúlia		198	
Criaz	Apúlia	735	751	
Cepães	Marinhas	558	632	
Cedobem	Apúlia		113	
População Isolada/ Residual		115	37	32
TOTAL		19057	20678	23257

Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação – 1981, Censos 91 e Censos 2001.

- (a) Em 1991, o lugar Outeiro integrava a freguesia de Marinhas, e em 1981, a freguesia de Belinho e Marinhas.
- (b) Em 1981 e 1991, o lugar Monte encontrava-se dividido entre as freguesias de Antas e Marinhas
- (c) Em 1981, o lugar São Fins encontrava-se denominado como Sanfins.
- (d) Em 1981, o lugar Igreja encontrava-se dividido entre as freguesias de Apúlia e Marinhas.
- (e) Em 1981 e 1991, o lugar Esposende não integrava ainda parte da freguesia de Gandra.

Verifica-se, portanto, que os principais aglomerados na envolvente do PNLN, particularmente Esposende, Apúlia e Fão, correspondem aos aglomerados atravessados pelos limites do PNLN, onde se acresce também o Lugar de Baixo (310 habitantes) e a Barca (21 habitantes). Estes 5 aglomerados populacionais serão objecto de uma análise mais detalhada no ponto seguinte.

Em termos globais, é possível identificar uma maior concentração populacional a Sul da cidade de Esposende (inclusive), permanecendo a área a Norte, no interior dos

limites do PNLN, praticamente liberta de ocupação residencial, excepção feita ao já referido Lugar de Baixo (Mar), associado ao ponto de romaria de São Bartolomeu do Mar e o núcleo de moradias da Barca.

3.1.3. LUGARES ABRANGIDOS PELO PNLN

Os principais aglomerados na envolvente do PNLN, tal como identificados ponto anterior - Esposende, Apúlia e Fão - são parcialmente atravessados pelos limites do PNLN, traduzindo a atractividade do litoral, neste caso relacionada tradicionalmente com a actividade da pesca e posteriormente com o desenvolvimento do recreio balnear e turismo.

Procede-se, de seguida, a uma análise mais detalhada desse conjunto de aglomerados, na medida em que se encontram parcialmente abrangidos pelo PNLN, acrescentando-se ainda o Lugar de Baixo (Mar) e o núcleo de moradias da Barca, também integrados no PNLN.

Tabela 3-3 – Parque habitacional e população residente nos aglomerados urbanos parcialmente integrados na área do PNLN, em 2001

	População Residente	Alojamentos Familiares			Edifícios
		Total	Clássicos	Outros	
Esposende	9147	5885	5878	7	3590
Apúlia	4323	2440	2438	2	1691
Fão	2843	2152	2148	4	1299
Lugar de Baixo	365	166	166	0	135
Barca	21	92	92	0	92

Fonte: INE, Recenseamento da População e da Habitação - Censos 2001.

Esposende

Com um total de 9 147 habitantes, em 2001, o núcleo urbano de Esposende desenvolve-se principalmente na margem direita do rio Cávado. O número de edifícios recenseados ultrapassa os 3 500 em 2001, correspondendo a um total de 5885 alojamentos familiares, dos quais apenas 7 alojamentos familiares são não clássicos. A cidade de Esposende integra a freguesia de Esposende e parcialmente a freguesia de Marinhas, sendo possível distinguir na área abrangida pelo PNLN, os seguintes sectores urbanos:

- Cepães, que constitui a frente urbana na transição para a praia de Cepães.
- Pequeno núcleo urbano e frente ribeirinha de Esposende, onde se situam equipamentos de apoio à pesca e de restauração, interessando também a

dinâmica económica urbana de proximidade, particularmente no apoio à actividade turística (restauração, hotelaria e comércio).

Apúlia

O aglomerado de Apúlia, tal como recenseado nos Censos 2001, com 4 323 habitantes, 1 691 edifícios e 2440 alojamentos familiares clássicos, corresponde ao agrupamento da Vila de Apúlia, Pedrinhas e Cedóbm. Este aglomerado assume a sua tradição piscatória, podendo-se distinguir, na área abrangida do PNLN:

- Vila de Apúlia – é abrangida pelo PNLN na faixa marginal da vila, apresentando uma estrutura económica relacionada com o recreio balnear, traduzida pela presença de hotelaria, restauração e comércio de proximidade; a presença da actividade piscatória encontra-se representada por um conjunto de pequenos equipamentos de armazenagem de material e equipamento de pesca.
- Pedrinhas – tem origem num núcleo de estruturas de apoio à actividade piscatória, que funcionam actualmente como abrigos de pescadores, e algumas como segunda residência.
- Cedobém – que apresenta uma base económica local centrada na pesca e restauração, representada pela presença de vários restaurantes; destaca-se aqui as construções clandestinas na zona dunar de Cedovém de restaurantes e primeira e segunda habitação.

Fotografia 3-1 – Cepães



Fão

O aglomerado de Fão, com 2 843 habitantes, 1 299 edifícios e 2 152 alojamentos clássicos familiares em 2001, integra Ofir, marcado pela presença das Torres de Ofir, e pela forte expressão da actividade turística, com um predomínio das actividades de hotelaria (Hotel de Ofir e Estalagem Parque do Rio) e da restauração.

Lugar de Baixo

O Lugar de Baixo, de menor dimensão que os anteriores, é representado por uma população residente, em 2001, de apenas 365 habitantes, e um parque habitacional constituído por 166 clássicos familiares, num total de 135 edifícios. O desenvolvimento deste núcleo urbano encontra-se intimamente ligado à romaria ao “Banho Santo”, junto ao cruzeiro em São Bartolomeu do Mar, constituindo a actividade agrícola (praticada nos campos envolventes) o suporte económico principal da população aí residente.

Barca

Por fim, o núcleo de moradias da Barca, com apenas 21 habitantes recenseados em 2001, é constituído por 92 alojamentos unifamiliares, que apresentam, portanto, um uso predominantemente sazonal, beneficiando de um enquadramento de grande valor paisagístico, da Foz do Neiva.

3.1.4. POPULAÇÃO FLUTUANTE

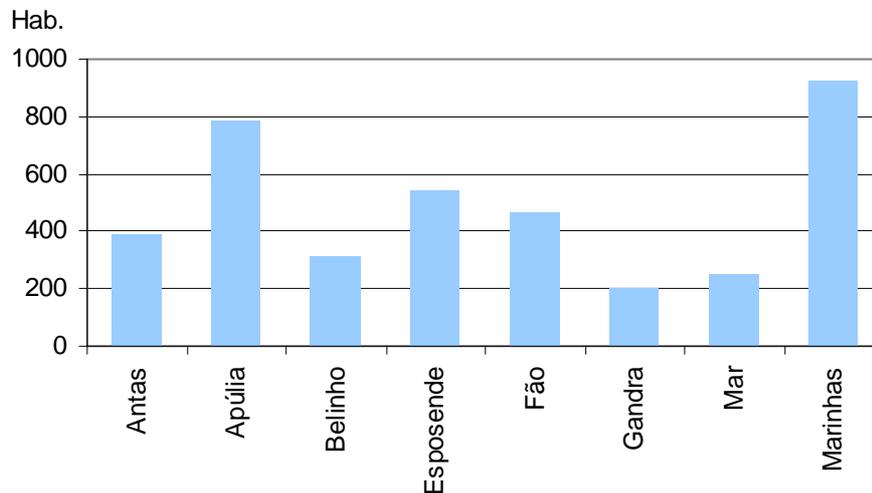
Face à importância do turístico balnear, a pressão humana sobre a área de estudo não pode ser traduzida, exclusivamente, pela população residente, importando também referenciar a importância da população flutuante.

Deste modo, apresenta-se aqui a estimativa da população flutuante, na sua componente residencial⁶, desenvolvida no âmbito do estudo “Perspectivas Demográficas para a Região do Baixo Cávado e Baixo Ave”⁷. Neste contexto, foi estimada, para o conjunto de freguesias parcialmente abrangidas pelo PNLN, uma população flutuante de 3 876 habitantes, em 2001.

⁶ Exclui a procura de estabelecimentos hoteleiros e similares.

⁷ Quartenaire Portugal – “Perspectivas Demográficas para a Região do Baixo Cávado e Baixo Ave”, Outubro de 2000, tal como referido no Relatório Final do “Plano Estratégico do Litoral do Concelho de Esposende entre São Bartolomeu do Mar e Apúlia (Março 2002), desenvolvido por Quartenaire Portugal/ Parque Expo.

Gráfico 3-2 - Estimativas da população flutuante nas freguesias parcialmente abrangidas pelo PNLN, 2001



Fonte: Quartenaire Portugal – “Perspectivas Demográficas para a Região do Baixo Cávado e Baixo Ave”, Outubro de 2000.

A este contingente populacional acresce-se a população sazonal (turística) alojada em estabelecimentos hoteleiros e similares, que será referenciada na caracterização da actividade turística (Capítulo 3.2.6).

3.1.5. ESTRUTURA ETÁRIA

A distribuição da população por grupos etários não se encontra desagregada ao nível do lugar nos Recenseamentos do INE, inviabilizando assim a apresentação da estrutura etária dos lugares parcialmente abrangidos pelo PNLN (ou na sua envolvente mais imediata).

Neste sentido, procede-se, em alternativa, à análise da estrutura etária do concelho de Esposende (e da sub-região do Cávado), não só como representativa da estrutura etária da população residente no PNLN, mas também no sentido de obter a estrutura etária da população residente na envolvente do PNLN, enquanto população utilizadora e visitante preferencial daquele espaço natural.

PLANO DE ORDENAMENTO E GESTÃO DO PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE
FASE 1 – PARTE I: DESCRIÇÃO – VOLUME IV: CARACTERIZAÇÃO DO USO DO SOLO,
UNIDADES DE PAISAGEM, SOCIO-ECONOMIA E PATRIMÓNIO – JULHO 2007

Tabela 3-4 – Estrutura Etária, em 1981, 1991 e 2001

	até 14 anos		15 a 24 anos		25 a 64 anos		65 ou + anos	
	Hab.	%	Hab.	%	Hab.	%	Hab.	%
2001								
Cávado	76193	19,4	65343	16,6	205245	52,2	46282	11,8
Esposende	6680	20,0	5611	16,8	17028	51,1	4006	12,0
1991								
Cávado	87876	24,9	68974	19,5	161746	45,8	34671	9,8
Esposende	7760	25,8	5719	19,0	13564	45,1	3058	10,2
1981								
Cávado	*	*	*	*	*	*	*	*
Esposende	9411	32,8	5579	19,5	10173	35,5	3489	12,2

Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação - Censos 91 e Censos 2001.

* O Recenseamento da População e Habitação de 1981 não se encontra organizado por NUT's.

A estrutura etária da população residente no concelho de Esposende é semelhante à da sub-região do Cávado, apresentando um predomínio da população jovem (até aos 14 anos) sobre a população idosa (65 anos e mais).

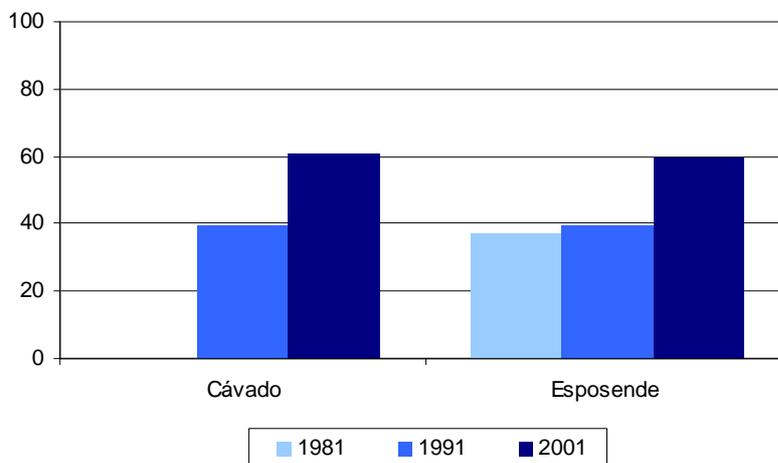
Todavia, a análise da evolução da estrutura etária concelhia e sub-regional nos últimos 20 anos⁸ revela uma redução na representatividade da população jovem, correspondendo a uma perda de 12,8 pontos percentuais no concelho de Esposende.

Esta traduz-se num agravamento do índice de envelhecimento, também extensível à sub-região do Cávado (no período analisado de 1991-2001), representando uma tendência de envelhecimento a nível concelhio e sub-regional.

Não obstante, a população residente no concelho de Esposende e na sub-região envolvente apresenta ainda, em 2001, o cariz de uma população jovem, com um índice de envelhecimento na ordem dos 60 idosos por cada 100 jovens.

⁸ Entre os períodos censitários de 1981, 1991 e 2001, sendo que no caso da NUT III – Cávado a informação reporta-se apenas a 1991 e 2001.

Gráfico 3-3 – Índice de Envelhecimento, em 1981, 1991 e 2001



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação - Censos 91 e Censos 2001.

Nota: Não é apresentado o índice de envelhecimento para a NUT III - Cávado em 1981, na medida em que este Recenseamento se encontrava ainda organizado por distritos.

3.1.6. NÍVEL EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO

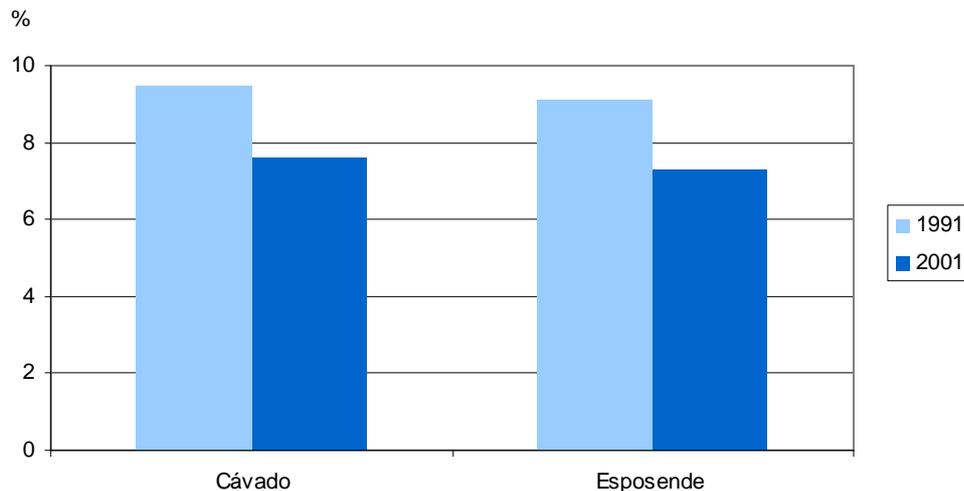
A análise do nível educacional da população apresenta-se também desagregada ao nível do concelho e sub-região, limitando-se, todavia, a sua evolução ao último período intercensitário⁹.

A análise da evolução da taxa de analfabetismo, no período 1991-2001, revela uma melhoria do nível educacional da população residente no concelho de Esposende e sub-região do Cávado, de resto à semelhança da tendência nacional.

O concelho de Esposende apresenta, em 2001, uma taxa de analfabetismo de 7,3%, menos 1,8 pontos percentuais que em 1991, comportamento semelhante ao verificado na sub-região do Cávado (cujas taxa de analfabetismo reduziu dos 9,5% em 1991 para 7,6% em 2001).

⁹ Na medida em que o Recenseamento da População e da Habitação de 1981, disponibilizado no Arquivo Digital do Infoline (INE), apresenta esta informação desagregada apenas até ao nível do Distrito.

Gráfico 3-4 – Taxa de Analfabetismo



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação - Censos 91 e Censos 2001.

A evolução da distribuição da população residente, no concelho de Esposende e na sub-região do Cávado, segundo o nível de instrução (Tabela 3-5), entre 1991 e 2001, traduz também uma melhoria do nível educacional da população residente, com uma redução do peso da população com ensino básico de 1º ciclo, em prol de um aumento da população com o ensino básico de 2º e 3º ciclos.

Assim sendo, a população com o 1º ciclo, que, em 1991, representava 51,9% da população residente no concelho de Esposende, em 2001, situa-se já nos 36,1%. Este nível de escolaridade é, em 2001, ainda predominante no concelho de Esposende (e também na sub-região do Cávado), seguido pelos 2º e 3º ciclos (31,5%).

Por outro lado, apesar do ensino secundário (10,9% da população residente no concelho em 2001) ter sofrido uma ligeira redução em relação a 1991, esta é compensada, em termos de melhoria geral do nível de escolaridade da população, pelo aumento de 3,7% para 7,3% da população com ensino médio ou superior.

Comparativamente à sub-região do Cávado, o concelho de Esposende apresenta um menor peso da população com nível de ensino secundário e médio ou superior, ainda que com diferenciais não superiores a 3 pontos percentuais, de modo que se conclui a aproximação do nível de escolaridade do concelho de Esposende em relação ao resto da sub-região envolvente.

Tabela 3-5 – População Residente por Nível de Escolaridade

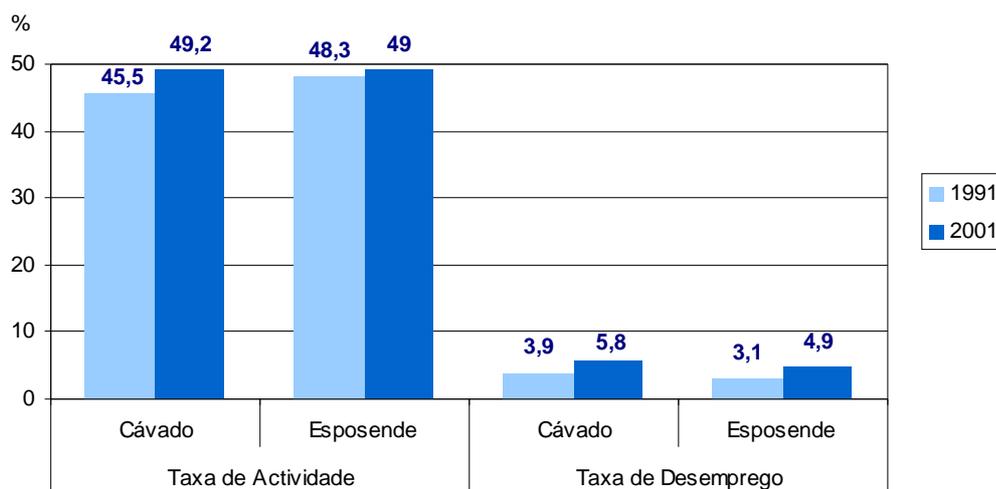
	População Residente por nível de escolaridade (%)							
	Básico – 1º ciclo		Básico – 2º e 3º ciclos		Secundário		Médio e Superior	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Cávado	49,3	34,8	19,8	28,6	16,8	13,0	5,2	9,5
Esposende	51,9	36,1	24,1	31,5	11,8	10,9	3,7	7,3

Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação - Censos 91 e Censos 2001.

3.1.7. POPULAÇÃO ACTIVA E DESEMPREGO

O concelho de Esposende apresenta, no período 1991-2001, uma taxa de actividade constante, na ordem dos 48% a 49%, equiparando-se, em 2001, à taxa de actividade da sub-região do Cávado.

Gráfico 3-5 – Taxa de Actividade e Desemprego, em 1991 e 2001



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação - Censos 91 e Censos 2001.

No mesmo ano (2001) a taxa de desemprego no concelho de Esposende é de 4,9%, inferior à da sub-região do Cávado (5,6%), mas resultante de um pequeno agravamento (abaixo dos 2 pontos percentuais) desde 1991, também verificado a nível sub-regional.

3.1.8. POPULAÇÃO POR SECTORES DE ACTIVIDADE

O concelho de Esposende, tradicionalmente ligado à exploração agrícola de pequena dimensão e à pesca, apresenta-se, actualmente, marcado por um forte desenvolvimento industrial. Este não encontra correspondência com a realidade da área abrangida pelo PNLN e sua envolvente imediata, onde o sector primário é mais representativo (função da população agrícola e pescadores), acompanhado de uma

PLANO DE ORDENAMENTO E GESTÃO DO PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE
FASE 1 – PARTE I: DESCRIÇÃO – VOLUME IV: CARACTERIZAÇÃO DO USO DO SOLO,
UNIDADES DE PAISAGEM, SOCIO-ECONOMIA E PATRIMÓNIO – JULHO 2007

afirmação do terciário, face à população empregada na restauração e hotelaria e restantes serviços associados à cidade de Esposende.

Não obstante, a distribuição da população por sectores de actividade económica revela uma forte predominância do sector secundário, que emprega 8 215 activos, 52,9% da população activa do concelho de Esposende, em 2001. Este peso é claramente superior à representatividade industrial na sociedade e economia nacionais, enquadrando-se na tradição industrial do Minho e particularmente da sub-região do Cávado.

Por seu turno, a generalizada perda de importância e modificações verificadas nas actividades tradicionais da pesca e agricultura traduzem-se numa forte redução da população ligada ao sector primário no concelho de Esposende. De facto, o sector primário que, em 1991, ainda empregava 18,4% da população residente no concelho de Esposende, sofreu, até 2001, uma redução de 8,4 pontos percentuais, correspondendo a menos 1 323 activos. Em 2001, o sector primário emprega 1 266 activos, ou seja 8,2% da população concelhia, peso ainda superior à importância daquele sector a nível sub-regional (4,0%).

Por fim, à semelhança da tendência nacional, também o concelho de Esposende e a sub-região do Cávado apresentaram, no período 1991-2001, um crescimento do sector dos serviços e comércio. Todavia, a representatividade do sector terciário no concelho de Esposende permanece ainda relativamente modesta – 39% da população activa – mesmo comparativamente à estrutura económica sub-regional (onde representa 46,2%).

Tabela 3-6 – População Activa por Sectores de Actividade

	População activa		Primário		Secundário		Terciário	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001
hab.								
Cávado	154450	182190	15471	7334	81428	90733	57551	84123
Esposende	14082	15531	2589	1266	7093	8215	4400	6050
%								
Cávado			10,0	4,0	52,7	49,8	37,3	46,2
Esposende			18,4	8,2	50,4	52,9	31,2	39,0

Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação - Censos 91 e Censos 2001.

3.2. ACTIVIDADES

3.2.1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo serão identificadas as actividades económicas existentes no PNLN, tarefa limitada pela falta de disponibilização da informação estatística. O maior nível de desagregação corresponde ao concelho (com excepção do Recenseamento Geral da Agricultura, apresentado ao nível da freguesia, mas que se reporta ainda a 1999), o que se revela, evidentemente, insuficiente para a identificação das actividades económicas na área de estudo.

Destacam-se ainda as limitações na análise efectuada à actividade piscatória, que será colmatada numa fase posterior, mediante a disponibilização da informação solicitada à Direcção Geral das Pescas.

Independentemente dos condicionantes ao desenvolvimento dos trabalhos, e tendo por base de trabalho as estatísticas do Instituto Nacional de Estatística, recorreu-se também a outras fontes, incluindo a bibliografia disponibilizada pelos serviços do PNLN e trabalho de campo, procurando-se, então aferir a relevância na economia local e sub-regional das actividades económicas implantadas na área de estudo, particularmente no que respeita os seguintes sectores:

- Produção agrícola e pecuária;
- Pesca e apanha de sargaço;
- Construção civil e indústria transformadora;
- Recreio e turismo.

3.2.2. ESTRUTURA ECONÓMICA

A caracterização (e quantificação) da estrutura económica da área do PNLN é, como já referido, inviabilizada pela disponibilização desta informação apenas a partir do nível concelhio. Todavia, tendo em consideração que a estrutura concelhia engloba o território abrangido pelo PNLN, esta é aqui analisada, acrescentando-se que os impactos sobre o PNLN são muitas vezes decorrentes de actividades económicas situadas a montante dos seus limites, daí também o interesse numa análise geográfica mais abrangente.

A estrutura económica da população foi já analisada no Capítulo 3.1.8 do presente Volume, procedendo-se, de seguida, à análise da estrutura empresarial, que confirma a dinâmica crescente do sector secundário no concelho de Esposende. Entre 2000 e 2004, a indústria transformadora sedeadada no concelho de Esposende registou um aumento em 181 empresas (ou seja 43,6%), e o ramo da construção em

**PLANO DE ORDENAMENTO E GESTÃO DO PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE
FASE 1 – PARTE I: DESCRIÇÃO – VOLUME IV: CARACTERIZAÇÃO DO USO DO SOLO,
UNIDADES DE PAISAGEM, SOCIO-ECONOMIA E PATRIMÓNIO – JULHO 2007**

317 empresas (71,6%). Em 2004, encontram-se, então, registadas 181 empresas de indústria transformadora e 317 de construção, representando, respectivamente 15,4% e 19,7% das empresas sedeadas no concelho.

Esta representatividade é, apenas, superada pelo ramo do comércio e serviços de reparação, que, com 1 128 empresas, representa 29,2% da estrutura empresarial do concelho (considerando apenas o número de empresas)¹⁰.

Por fim, destaca-se a presença, em 2004, de 416 empresas sedeadas no concelho de Esposende no ramo da agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca, representando, ainda, 10,8% da estrutura empresarial concelhia, enquanto a nível sub-regional aquele ramo apenas detém 4,5%.

A estrutura empresarial do concelho de Esposende revela então uma afirmação da indústria transformadora, destacando-se também a dinâmica do ramo da construção, acompanhada por um sector terciário débil e pela manutenção de algum peso por parte das actividades primárias.

¹⁰ Se considerarmos o volume de negócios das sociedades sedeadas ou o pessoal ao serviço, a representatividade da indústria transformadora na estrutura empresarial de Esposende é já dominante (respectivamente 44,6% e 51,7% do total), ainda que o número de sociedades de comércio e reparação (216 sociedades) seja ligeiramente superior ao de indústrias transformadoras (209 sociedades).

Tabela 3-7 - Empresas sediadas por ramo de actividade, em 2000 e 2004

	2000				2004				Variação 2000-2004			
	Nº de empresas		%		Nº de empresas		%		Nº de empresas		%	
	Cávado	Esposende	Cávado	Esposende	Cávado	Esposende	Cávado	Esposende	Cávado	Esposende	Cávado	Esposende
A - Agricultura, Produção Animal, Caça, e Silvicultura												
B - Pesca	2181	422	6,6	14,2	1842	416	4,5	10,8	-339	-6	-15,5	-1,4
C - Indústrias Extractivas	139	26	0,4	0,9	80	19	0,2	0,5	-59	-7	-42,4	-26,9
D - Indústrias Transformadoras	6106	415	18,4	13,9	7585	596	18,5	15,4	1479	181	24,2	43,6
E - Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água	9	2	0,0	0,1	30	12	0,1	0,3	21	10	233,3	500,0
F - Construção	4343	443	13,1	14,9	6589	760	16,1	19,7	2246	317	51,7	71,6
G - Comércio por Grosso e Retalho; Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e Bens de Uso Pessoal e Doméstico	11683	926	35,2	31,1	14150	1128	34,5	29,2	2467	202	21,1	21,8
H - Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)	2901	287	8,7	9,6	4151	394	10,1	10,2	1250	107	43,1	37,3
I - Transportes, Armazenagem e Comunicações	477	34	1,4	1,1	594	39	1,4	1,0	117	5	24,5	14,7
J - Actividade Financeiras	1075	55	3,2	1,8	910	53	2,2	1,4	-165	-2	-15,3	-3,6
K - Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços prestados às Empresas	2076	135	6,3	4,5	2978	228	7,3	5,9	902	93	43,4	68,9
M - Educação												
N - Saúde e Acção Social												
O - Outras Actividades de serviços colectivos												
P - Famílias com Empregados Domésticos												
Q – Org. Internacionais e Outras Instituições Extra-territoriais	1273	109	3,8	3,7	2113	218	5,2	5,6	840	109	66,0	100,0
Total	33159	2977			41022	3863			7863	886	23,7	29,8

Fonte: INE, Anuários Estatísticos, 2001 e 2004.

Considerada a área do PNLN, a estrutura económica e empresarial individualiza-se, obrigatoriamente, da estrutura concelhia, face a:

- condicionantes, decorrentes da sua natureza de área protegida, impostos à implantação de actividades económicas, e particularmente industriais;
- tradição das actividades agrícola e piscatória, relativas à presença de recursos naturais de suporte a essas actividades;
- potencialidades para o desenvolvimento turístico, particularmente ligadas ao recreio balnear.

Deste modo, na área do PNLN verifica-se um predomínio das actividades tradicionais da agricultura e da pesca, principalmente a Norte do Cávado, acompanhada por um maior desenvolvimento turístico a Sul do Cávado, representado pelas actividades hoteleira e de restauração, e enquadrando algum comércio de proximidade. Por outro lado, o peso do sector da construção civil na área do PNLN e envolvente, decorre da procura associada ao recreio balnear e desenvolvimento turístico.

3.2.3. PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA

A agricultura constitui uma actividade com forte tradição na área do PNLN, relacionado com as condições naturais favoráveis, e permanecendo essencialmente como actividade de pequena dimensão e cariz familiar.

Tabela 3-8 – População Agrícola

	População Agrícola (*) - Nº de indivíduos
NUTE III - Cávado	45997
Concelho de Esposende	5491
Antas	349
Apúlia	918
Belinho	494
Esposende	-
Fão	63
Gandra	345
Mar	232
Marinhas	897
Total freguesias	3298

* A População Agrícola refere-se ao “Conjunto de pessoas que fazem parte do agregado doméstico do produtor (singular) quer trabalhem ou não na exploração, bem como de outros membros da família que não pertencendo ao agregado doméstico, participam regularmente nos trabalhos agrícolas da exploração.”

Fonte: INE - Recenseamento Geral da Agricultura, 1999

PLANO DE ORDENAMENTO E GESTÃO DO PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE
FASE 1 – PARTE I: DESCRIÇÃO – VOLUME IV: CARACTERIZAÇÃO DO USO DO SOLO,
UNIDADES DE PAISAGEM, SOCIO-ECONOMIA E PATRIMÓNIO – JULHO 2007

Não sendo possível obter elementos que permitam caracterizar a actividade agrícola, e também pecuária na área do PNLN, foi considerado o comportamento do conjunto das freguesias parcialmente abrangidas pelo PNLN, especificamente de acordo com o Recenseamento Geral da Agricultura de 1999.

À data, a população agrícola nas freguesias do PNLN totalizava os 3298 indivíduos, sendo possível identificar, 890 produtores agrícolas singulares, dos quais 315 produtores exercem a sua actividade a tempo completo.

O maior número de agricultores, e também de explorações agrícolas, pertence às freguesias de Marinhas e Apúlia, salvaguardando-se que estes não se restringem à área do PNLN.

Tabela 3-9 – Produtores Agrícolas Singulares a Tempo Completo

	Produtores agrícolas singulares		
	Total Nº	Com tempo completo	
		Nº	%
Cávado	11270	4481	39,8
Esposende	1314	514	39,1
Antas	95	60	63,2
Apúlia	238	100	42,0
Belinho	124	60	48,4
Esposende	-	-	-
Fão	14	13	92,9
Gandra	64	45	70,3
Mar	44	37	84,1
Marinhas	311	-	0,0
Total freguesias	890	315	35,4

Fonte: INE - Recenseamento Geral da Agricultura, 1999.

Num total de 2 001 ha ocupados pelas 791 explorações agrícolas das freguesias do PNLN, a SAU por exploração é, em média, 2,76 ha, ocupando uma posição intermédia entre as médias concelhia e sub-regional.

PLANO DE ORDENAMENTO E GESTÃO DO PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE
FASE 1 – PARTE I: DESCRIÇÃO – VOLUME IV: CARACTERIZAÇÃO DO USO DO SOLO,
UNIDADES DE PAISAGEM, SOCIO-ECONOMIA E PATRIMÓNIO – JULHO 2007

Tabela 3-10 – Explorações agrícolas

Freguesias	Explorações		SAU por exploração (ha)
	Nº	Área total (ha)	
Cávado	11431	59883	3,18
Esposende	1321	4068	1,98
Antas	96	396	1,81
Apúlia	238	449	4,76
Belinho	124	214	1,17
Esposende	-	-	-
Fão	14	81	4,36
Gandra	64	343	4,57
Mar	44	119	1,31
Marinhas	211	399	1,31
Total das freguesias	791	2001	2,76

Fonte: INE - Recenseamento Geral da Agricultura, 1999.

Em comum à prática concelhia e sub-regional, as freguesias do PNLN apresentam como principal cultura os prados temporários e culturas forrageiras (mais de metade da área ocupada), seguindo-se as culturas hortícolas intensivas e os cereais para o grão, também com forte representatividade nas unidades territoriais imediatamente superiores.

Tabela 3-11 – Utilização das terras para exploração agrícola

Utilização das terras	Cávado	Esposende	Total das freguesias	
	N.º	N.º	N.º	%
Cereais para grão	7158	484	255	11,7
Leguminosas secas para grão	535	12	7	0,3
Prados temporários e culturas forrageiras	31013	3069	1288	59,3
Batata	939	208	132	6,1
Culturas hortícolas extensivas	159	65	55	2,5
Culturas hortícolas intensivas	626	388	344	15,8
Pousio	54	9	6	0,3
Horta familiar	633	40	17	0,8
Frutos frescos	341	13	6	0,3
Citrínos	268	10	5	0,2
Vinha	4362	172	57	2,6
Total	54833	4476	2172	100,0

Fonte: INE - Recenseamento Geral da Agricultura, 1999.

**PLANO DE ORDENAMENTO E GESTÃO DO PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE
FASE 1 – PARTE I: DESCRIÇÃO – VOLUME IV: CARACTERIZAÇÃO DO USO DO SOLO,
UNIDADES DE PAISAGEM, SOCIO-ECONOMIA E PATRIMÓNIO – JULHO 2007**

As culturas hortícolas intensivas incluem a agricultura em masseiras, que consiste na implantação dos campos agrícolas no limite do cordão dunar, utilizando como fertilizante o sargaço e pilado (de origem marinha)¹¹. De acordo com o Relatório de Estágio no PNLN¹² relativo à “Requalificação das Masseiras (Agricultura Tradicional)”, as principais culturas são a cenoura, a cebola branca e vermelha, batata, couves, alface, alho comum e alho porro, feijão verde, ervilha, nabo e nabiça, mas verifica-se um acesso limitado aos mercados por parte dos agricultores. Outro condicionante apontado é o aumento do uso de fertilizantes e pesticidas, decorrente da prática de agricultura intensiva e aumento da degradação produtiva do solo, contribuindo para a poluição das águas e lençóis freáticos.

Porém, a agricultura em masseiras, de forte tradição e unicidade própria, é também um elemento de valorização económica, paisagística e etnográfica da área, que no âmbito do POGPNLN se deve preservar.

Fotografia 3-2 – Campos de masseiras em Apúlia



Por fim, e no que respeita a exploração pecuária destaca-se apenas o forte predomínio dos animais de capoeira (aves e coelhos) nas freguesias parcialmente abrangidas pelo PNLN, sendo ainda de assinalar um efectivo bovino na ordem dos 3 640 elementos, em 1999.

¹¹ A apanha de sargaço, outra actividade económica de forte tradição na área do PNLN, é referenciada no Capítulo 3.2.4.

¹² Catarina Pereira, 2003.

Tabela 3-12 – Exploração pecuária

Efectivo Animal	Cávado	Esposende	Total das freguesias	
	N.º	N.º	N.º	%
Bovinos	85097	8566	3640	9,7
Suínos	14755	716	298	1,1
Ovinos	11105	352	56	0,2
Caprinos	8643	74	25	0,1
Equídeos	1109	17	7	0,0
Coelhos	80012	11418	5387	21,1
Aves	557855	38070	18669	67,8
Total	758576	59213	28082	

Fonte: INE - Recenseamento Geral da Agricultura, 1999.

3.2.4. PESCA E APANHA DE SARGAÇO

A extensão do parque marinho no contexto do PNLN revela o potencial dos recursos piscícolas na área, e enquadra a forte tradição piscatória do concelho de Esposende. Actualmente, são identificados os seguintes pontos de pesca comercial, com características artesanais: Esposende, Fão e Apúlia. Tal como referenciado na Descrição da Fauna Ictiológica constante do Volume III, as principais espécies desembarcadas nestes portos são a faneca, as raias, o badejo, a solha, o robalo, o sargo, a sardinha e o congro (Franca et al., 1998; Ferreira, 2005).

As lacunas de informação relativas ao sector das pescas, existentes à data de conclusão da Fase I, determinam que esta análise seja remetida para uma fase posterior.

Todavia, é possível destacar que o desenvolvimento da actividade piscatória se traduz na paisagem através da presença das embarcações e também de um conjunto de pequenos equipamentos de armazenagem de material e equipamento de pesca, que devem ser objecto de requalificação, de modo a que a pesca se assuma como valor paisagístico e etnográfico do PNLN.

Interessa também ter presente que a pesca constitui também um valor económico para as populações locais, de modo que se transcrevem aqui alguns dos problemas directamente focados nos pescadores, identificados no âmbito do Relatório de Trabalho para a “Revitalização do Tecido Económico do Concelho de Esposende em função das Condicionantes Ambientais”¹³:

¹³ C&M Consulting, Julho de 2002.

- “Diminuição significativa das disponibilidades de peixe junto à costa de Esposende com a consequente diminuição do rendimento dos pescadores profissionais da zona”;
- A possibilidade de se efectuar pesca industrial, muito perto da Costa de Esposende (2,5 milhas) reduz substancialmente a já pouca disponibilidade de peixe existente, também pela prática de arrasto ilegal por parte das embarcações Galegas;
- As paragens biológicas deixam sem meios de subsistência os pescadores artesanais, causando o abandono da actividade e consequente migração;
- A impossibilidade de se pescar no rio Cávado, durante a maior parte do tempo, devido às descargas das empresas industriais da zona, causa uma redução substancial do rendimento dos mesmos pescadores.”

Outra actividade que desempenhou, no passado, um importante papel no suporte da estrutura económica familiar das populações locais, é a apanha de sargaço. Esta actividade consiste na apanha de sargaço (algas marinhas), que, depois de estendido a secar no areal, é utilizado como fertilizante natural na prática agrícola, particularmente nos campos de masseiras. Já sem o mesmo peso económico que representou no passado, é ainda possível identificar esta prática de apanha do sargaço na área do PNLN, constituindo também um elemento de valor etnográfico singular.

3.2.5. CONSTRUÇÃO CIVIL E INDÚSTRIA TRANSFORMADORA

A actividade industrial não se encontra, como já referido, representada na área do PNLN, todavia, face à importância económica e social na área envolvente é aqui apresentada. Trata-se de um sector em crescimento no concelho de Esposende, sendo representada, em 2004, por 596 empresas de indústria transformadora sedeadas no concelho.

Mais de metade daquelas empresas, ou seja 56,5% das empresas de indústria transformadora, são de indústria têxtil, o que corrobora a tradição da sub-região do Cávado (onde este tipo de indústria representa 57,1% das empresas de indústria transformadora).

A indústria têxtil, com 337 empresas em 2004, assume, assim, um forte protagonismo na estrutura industrial e económica do concelho, demarcando-se claramente das restantes indústrias. As restantes indústrias são menos representativas, seguindo-se as 80 empresas das indústrias da madeira e da cortiça e suas obras e as 56 empresas de indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos.

**PLANO DE ORDENAMENTO E GESTÃO DO PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE
 FASE 1 – PARTE I: DESCRIÇÃO – VOLUME IV: CARACTERIZAÇÃO DO USO DO SOLO,
 UNIDADES DE PAISAGEM, SOCIO-ECONOMIA E PATRIMÓNIO – JULHO 2007**

Tabela 3-13 – Empresas sedeadas na indústria transformadora, em 2000

	Número de Empresas		%	
	Cávado	Esposende	Cávado	Esposende
DA - Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	257	21	3,4	3,5
DB - Indústria têxtil	4 333	337	57,1	56,5
DC - Indústria do couro e de produtos de couro	94	2	1,2	0,3
DD - Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras	603	80	7,9	13,4
DE - Indústria de pasta, de papel e cartão e seus artigos; edição e impressão	177	13	2,3	2,2
DF - Indústria de coque, produtos petrolíferos refinados e combustível nuclear	29	2	0,4	0,3
DG - Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais				
DH - Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	35	2	0,5	5,9
DI - Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	553	45	7,3	7,6
DJ - Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	782	56	10,3	9,4
DK - Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	145	5	1,9	0,8
DL - Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica	85	5	1,1	0,8
DM - Fabricação de material de transporte	28	5	0,4	0,8
DN - Indústrias transformadoras, n.e.	464	23	6,1	3,9
Total	7 585	596		

Fonte: INE, Anuário Estatístico, 2004.

Deve também ser destacado o sector da construção civil, já referenciado como um dos principais sectores do tecido empresarial concelhio, que exerce uma particular pressão sobre a área litoral, face a sua apetência para empreendimentos turísticos e habitação de segunda residência. Esta apetência é enquadrada pela aposta no desenvolvimento turístico do concelho, mas que deve ser condicionada em prol dos objectivos de preservação da linha de costa e de conservação da natureza.

3.2.6. RECREIO E TURISMO

O litoral do concelho de Esposende constitui, face à sua riqueza paisagística e natural, e, em particular face à presença das suas praias¹⁴, um importante pólo de atracção de turistas e visitantes.

¹⁴ Praias com ou a sujeitar a concessão balnear, de acordo com a Alteração ao POOC Caminha-Espinho: Rio de Moinhos, Cepães, Suave Mar, Ofir, Apúlia e Ramalha.

PLANO DE ORDENAMENTO E GESTÃO DO PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE
FASE 1 – PARTE I: DESCRIÇÃO – VOLUME IV: CARACTERIZAÇÃO DO USO DO SOLO,
UNIDADES DE PAISAGEM, SOCIO-ECONOMIA E PATRIMÓNIO – JULHO 2007

A oferta hoteleira do concelho de Esposende é constituída por 9 estabelecimentos hoteleiros¹⁵, que, no seu conjunto, registaram, em 2004, 28,2% das dormidas na sub-região do Cávado. Esta procura, num total de 50 533 hóspedes e 118 576 dormidas, corrobora a importância do concelho de Esposende como um dos principais pólos turísticos e de recreio balnear do litoral Norte.

Tabela 3-14 – Actividade hoteleira no concelho de Esposende, em 2004

	Hóspedes N.º	Dormidas N.º
Cávado	207259	420412
Esposende	50533	118576
%	24,4	28,2

Fonte: INE, Anuário Estatístico, 2004.

De acordo com a informação disponibilizada pela Direcção Geral do Turismo, nas freguesias parcialmente abrangidas pelo PNLN são identificados também 9 estabelecimentos hoteleiros, de modo que a totalidade da oferta hoteleira se concentra na envolvente do PNLN.

Estes estabelecimentos hoteleiros, listados na Tabela 3-15, constituem uma oferta variada - 4 hotéis, 3 pensões e 2 estalagens – num total de 940 camas. Esta oferta é ainda acrescida, na área daquelas freguesias, por mais 98 camas em alojamento turístico classificado, particularmente 1 unidade de turismo em espaço rural e 6 moradias ou apartamentos turísticos (meios complementares de alojamento).

Porém, ressalva-se que deste conjunto apenas o Hotel de Ofir e a Estalagem Parque do Rio, ambos de 4 estrelas, se localizam no interior do PNLN, na área de Ofir. No interior do PNLN é ainda possível identificar o Parque de Campismo de Fão, também classificado pela Direcção Geral de Turismo.

¹⁵ Hotéis, hotéis-apartamentos, pensões, estalagens, motéis e pousadas.

PLANO DE ORDENAMENTO E GESTÃO DO PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE

FASE 1 – PARTE I: DESCRIÇÃO – VOLUME IV: CARACTERIZAÇÃO DO USO DO SOLO, UNIDADES DE PAISAGEM, SOCIO-ECONOMIA E PATRIMÓNIO – JULHO 2007

Tabela 3-15 – Oferta de alojamento classificado nas freguesias do PNLN

Estabelecimentos Hoteleiros					
Nome	Freguesia	Grupo	Categoria	Quartos	Camas
Estalagem Parque do Rio	Fão	Estalagem	4 estrelas	36	66
Estalagem do Zende	Esposende	Estalagem	4 estrelas	25	50
Hotel Nélia	Esposende	Hotel	3 estrelas	42	84
Hotel Suave Mar	Esposende	Hotel	3 estrelas	82	164
Apúlia Praia Hotel Residencial	Apúlia	Hotel	3 estrelas	44	58
Hotel Ofir	Fão	Hotel	4 estrelas	214	416
Pensão Mira Rio Residencial	Gandra	Pensão	2ª Categoria	13	26
Pensão Reguenga	Antas	Pensão	3ª Categoria	8	16
Pensão Acrópole Residencial	Esposende	Pensão	3ª Categoria	30	60
Meios Complementares de Alojamento Turístico					
Nome	Freguesia	Classificação	Categoria	Unidades de Alojamento	Camas
Apartamentos Turísticos de M. da G. Araújo Sacramento	Esposende	Apartamentos Turísticos	2 estrelas	1	6
Apartamentos Turísticos Pinhal da Foz	Esposende	Apartamentos Turísticos	3 estrelas	14	56
Moradia Turística Sapateiro	Gandra	Moradias Turísticas	2ª Categoria	1	8
Moradia Turística Moleiro	Gandra	Moradias Turísticas	2ª Categoria	1	8
Moradia Turística Barqueiro	Gandra	Moradias Turísticas	2ª Categoria	1	8
Moradia Turística Carpinteiro	Gandra	Moradias Turísticas	2ª categoria	1	8
Turismo em Espaço Rural					
Nome	Freguesia	Modalidade		Quartos	Camas
Casa da Azenha Branca	Antas	Casa de Campo		2	4
TOTAL					1038

Fonte: Direcção-Geral de Turismo, 16-04-2007

**PLANO DE ORDENAMENTO E GESTÃO DO PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE
 FASE 1 – PARTE I: DESCRIÇÃO – VOLUME IV: CARACTERIZAÇÃO DO USO DO SOLO,
 UNIDADES DE PAISAGEM, SOCIO-ECONOMIA E PATRIMÓNIO – JULHO 2007**

Por fim, destaca-se ainda a representatividade do fenómeno de segunda residência, associado ao turismo de veraneio, traduzida pelo peso dos alojamentos familiares de uso sazonal e secundário – 38,7% dos alojamentos familiares, totalizando os 6 628 fogos.

Tabela 3-16 – Representatividade dos Alojamentos de Uso Sazonal ou Secundário, em 2001

	Alojamentos Familiares	Uso Sazonal e Secundário	
	N.º	N.º	%
Cávado	159322	27838	17,5
Esposende	17144	6628	38,7

Fonte: INE, Recenseamento da População e da Habitação - Censos 2001.

As Torres de Ofir constituem um exemplo da representatividade do fenómeno de segunda residência, no interior do PNLN, traduzindo, simultaneamente, a forte procura turística incidente na área de Ofir.

O modelo de desenvolvimento turístico a ser implantado no PNLN deve, face à sua natureza de área protegida, visar a adopção de uma estratégia sustentável, que atenda à salvaguarda dos recursos naturais. Neste sentido, o ICN apresentou o documento “Turismo de Natureza - Enquadramento Estratégico para a Paisagem Protegida do Litoral de Esposende, 2000-2006”, onde define a estratégia de desenvolvimento das diferentes modalidades de Turismo da Natureza, para o PNLN, especificamente:

- No âmbito do alojamento, devem ser criadas Casas de Natureza, particularmente uma casa-abrigo e um centro de acolhimento¹⁶, possibilitando a recepção de grupos no âmbito de acções de investigação e sensibilização ambiental.;
- No âmbito da Animação Ambiental, devem ser promovidas as seguintes actividades:
 - Elaboração e acompanhamento de projectos que visem a instalação e/ou recuperação de pequenas estruturas de apoio às actividades de animação (parques de merendas, estabelecimentos tradicionais de convívio, zonas de jogos tradicionais, etc.);
 - Apoio de iniciativas de animação que se dediquem à recriação das actividades e modos de vida tradicionais;

¹⁶ “Casa-abrigo – Casas recuperadas a partir de património do Estado, cuja função original foi desactivada” e “Centro de Acolhimento - Casas construídas de raiz ou adaptadas a partir de edifício existente, que permitam o alojamento de grupos, com vista à educação ambiental, visitas de estudo e de carácter científico”, de acordo com as definições constantes do Decreto n.º 56/2002, de 11 de Março.

**PLANO DE ORDENAMENTO E GESTÃO DO PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE
FASE 1 – PARTE I: DESCRIÇÃO – VOLUME IV: CARACTERIZAÇÃO DO USO DO SOLO,
UNIDADES DE PAISAGEM, SOCIO-ECONOMIA E PATRIMÓNIO – JULHO 2007**

- Fomento da realização de feiras que se destinem à divulgação dos produtos e tradições da região;
 - Incentivo à criação de pontos de venda directa dos produtos locais;
 - Apoio a iniciativas de animação combinadas com serviços de hospedagem;
 - Incentivo a projectos que envolvam a participação da população e agentes locais;
 - Elaboração de planos de acção, em parceria com as autarquias, com vista a implementação de uma rede coerente de serviços e estruturas de animação turística.
- No âmbito da Interpretação Ambiental, deve ser criada uma rede de percursos pedestres interpretativos, em estreita ligação com a animação e o desporto, onde deve também ser promovida a vertente histórica, podendo assumir um carácter temático ou integrado, com o envolvimento preferencial dos agentes locais;
- No âmbito do Desporto da Natureza, são identificadas as seguintes actividades e serviços de Desporto da Natureza:
- Pedestrianismo e Interpretação;
 - Cicloturismo;
 - Actividades equestres;
 - Desportos aquáticos e náuticos não motorizados – canoagem, bodyboard, surf e windsurf.

No âmbito da animação ambiental, interpretação ambiental e desporto da natureza, têm já lugar no PNLN um conjunto de iniciativas desenvolvidas por empresas de animação turística sedeadas ou não no concelho. Porém, entre as empresas de animação turística classificadas pela Direcção Geral do Turismo, apenas se encontram sedeadas no concelho de Esposende:

- Dunar – Turismo e Lazer do Norte, Lda. (freguesia de Marinhas), que trabalha na organização de roteiros e trilhos turísticos em bicicletas e veículos todo o terreno, passeios fluviais, equestres e pedestres, canoagem e pesca desportiva, organização de eventos culturais (feiras medievais, festas e romarias);
- Esposende 2000 Actividades Desportivas e Recreativas, E.M., empresa municipal¹⁷ que organiza passeios pedestres, passeios de btt, canoagem, esqui aquático, escalada, rappel, slide, passeios de barco (marítimo e fluvial), aluguer de veículos sem motor (quadriciclos e bicicletas), paintball, jetski, banana boat, jet banana, moto 4.

¹⁷ Constituída em 1996, tem como objectivos a promoção e realização de actividades de animação desportiva, recreativa e cultural, bem como iniciativas de carácter sócio-económico, científico e turístico.

**PLANO DE ORDENAMENTO E GESTÃO DO PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE
FASE 1 – PARTE I: DESCRIÇÃO – VOLUME IV: CARACTERIZAÇÃO DO USO DO SOLO,
UNIDADES DE PAISAGEM, SOCIO-ECONOMIA E PATRIMÓNIO – JULHO 2007**

Face às pretensões de desenvolvimento de Turismo de Natureza, é sintetizada a oferta existente na Carta [11] – Carta com equipamentos, zonas e elementos de atracção recreativa/turística terrestre e marinha, onde são identificados:

- Alojamento turístico classificado pela Direcção Geral de Turismo;
- Praias com aptidão balnear;
- Património Arqueológico Edificado;
- Património Paisagístico;
- Práticas Tradicionais (Campos de Masseiras, Grupo Folclórico dos Sargaceiros da Apúlia, Pesca e Festividades);
- Percursos Pedestres;
- Actividades Desportivas¹⁸.

Bibliografia

C&M Consulting (2002) – Revitalização do Tecido Económico do Concelho de Esposende em Função das Condicionantes Ambientais, Relatório de Trabalho

FREITAS, C. (2002) – Contributos para a Requalificação Paisagística da Área Protegida do Litoral de Esposende, Relatório de Estágio, Instituto de Conservação da Natureza – Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende.

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA – Enquadramento Estratégico do Turismo de natureza na Paisagem protegida do Litoral de Esposende.

OLIVEIRA, M. GOMES, V.; BETTENCOURT, P. (2002) – Zona Costeira Esposende/Ofir: Vulnerabilidade/Segurança das Ocupações Edificadas

PEREIRA, C. (2003) – Requalificação das Masseiras (Agricultura Tradicional), Relatório de Estágio, Instituto de Conservação da Natureza – Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende.

PINTO, R. (2003) – Planos de Gestão dos Sítios “Litoral Norte” e “Serra d’Arga” da Rede Natura 2000, Relatório de Estágio, Instituto de Conservação da Natureza – Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende.

QUARTENAIRE PORTUGAL/ PARQUE EXPO (2002) - Plano Estratégico do Litoral do Concelho de Esposende entre São Bartolomeu do Mar e Apúlia.

¹⁸ No que respeita às actividades desportivas, são assinaladas as localizações preferenciais para a caça submarina, pesca à linha, surf e windsurf, tal como identificadas no POOC Caminha-Espinho¹⁸, tendo ainda sido acrescentados os locais de prática de kitesurf, jetski e moto de água, face ao potencial de crescimento que têm apresentado no concelho de Esposende.

4. PATRIMÓNIO

4.1. INTRODUÇÃO

A ocupação humana no litoral Norte remonta à pré-história, influenciando, mais recentemente (face ao desenvolvimento do turismo e recreio balnear) na crescente degradação do cordão dunar, e de um modo geral, na conservação da natureza. Porém, a ocupação humana contribui também com elementos de valorização paisagística e cultural, que constituem, assim, parte integrante do Património (cultural) do PNLN, referente não só ao património arqueológico, arquitectónico e edificado, mas incluindo também o património etnográfico.

4.2. BREVE ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

A ocupação humana do PNLN remonta ao Paleolítico, representada por vários instrumentos líticos de sílex, vasos cerâmicos, contas de colar, objectos de adorno ou mesmo seixos afeiçoados, encontrados no concelho, e particularmente nas jazigas de Belinho, Mar e Fão.

Porém, os maiores vestígios de períodos pré-históricos, do concelho de Esposende, correspondem ao Megalítico, representados pelo menires (Menir de São Paio de Antas e São Bartolomeu do Mar) e dolmens do concelho, com especial incidência na freguesia de Vila Chã (fora da área do PNLN).

Com a fixação do Homem nómada, surgem os primeiros povoados, que respondendo ao instinto de defesa, se situam no cimo dos montes, também fora da área do PNLN, constituindo o Castro de S. Lourenço, típico povoado da Idade de Ferro, um ex-libris do concelho de Esposende.

A época romana marca uma mudança no “modus vivendi” das populações, que se dedicam então ao aproveitamento agrícola dos campos, tendo aí origem um conjunto de povoados no litoral, caso de Apúlia representada pelos testemunhos arqueológicos aí existentes de uma “Villa Romana” (Vila Menendis). Foi também sob o domínio romano, que Fão, de origem celta, se desenvolveu como um importante porto, e também em Esposende deve ter havido um povoado romano.

A ocupação humana do litoral de Esposende na época medieval, é representada pelos sinais de salinas na foz do Neiva e em S. Bartolomeu do Mar, e tem o seu principal elemento na Necrópole de Fão, onde foram identificadas cerca de 60 sepulturas integráveis na Baixa Idade Media, constituindo um dos mais importantes

cemitérios medievais da Península Ibérica. Fão constitui então, um dos centros salineiros da região, vindo a desenvolver-se a par de Esposende nas artes ligadas ao mar, da pesca, construção naval e comércio marítimo.

Esposende aparece-nos já nas inquirições de 1258 como povoação «Esposendi», pertencente a S.Miguel de Cepães, vindo a ser elevada a Vila, pelo D. Sebastião, através de Carta Régia em 19 de Agosto 1572.

Desde então, a vila de Esposende e toda a área do PNLN vieram a conhecer um crescimento significativo, fortemente baseado na exploração agrícola e da pesca. Deste passado, subsiste, no presente, um vasto legado arquitectónico e etnográfico, que, em conjunto, com o património arquitectónico determina a valorização cultural do PNLN.

4.3. PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO, ARQUITECTÓNICO E EDIFICADO

A área do PNLN apresenta, face à sua riqueza histórica, um considerável espólio arqueológico e arquitectónico, constituindo importantes elementos de valorização paisagística. Apresenta-se de seguida o património classificado (ou em vias de classificação) e/ou inventariado, na área do PNLN, pelas entidades competentes actualmente representadas pelo IGESPAR, I.P.¹⁹, tendo se ainda recorrido à informação disponibilizada pela Divisão de Cultura da Câmara Municipal de Esposende.

O património arqueológico nas freguesias do PNLN é constituído por 14 sítios classificados na Base de Dados do Endovélico, disponibilizada pelo Instituto Português de Arqueologia (actual IGESPAR, I.P.). Tal revela a riqueza histórica da área do PNLN e envolvente, apesar de apenas dois sítios arqueológicos se encontrarem localizados no interior dos limites do PNLN, particularmente:

- Villa Romana ou Vila Menendis, povoado localizado na freguesia da Apúlia;
- Cemitério Medieval das Barreiras (Bouça dos Lírios), necrópole localizada na freguesia de Fão.

Também segundo o IGESPAR, I.P. estão identificados, pelo Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS), dois casos de achados fortuitos correspondentes ao vestígio de um couce de popa de uma embarcação do século XVI descoberto durante as operações de dragagem do estuário do rio Cávado na

¹⁹ Integra o ex-Instituto Português de Arqueologia e o ex- Instituto Português de Património Arquitectónico.

PLANO DE ORDENAMENTO E GESTÃO DO PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE
FASE 1 – PARTE I: DESCRIÇÃO – VOLUME IV: CARACTERIZAÇÃO DO USO DO SOLO,
UNIDADES DE PAISAGEM, SOCIO-ECONOMIA E PATRIMÓNIO – JULHO 2007

década de 1980 e a fragmentos de madeira e ardósia descobertos na Praia de Rio de Moinhos, na zona intertidal.

A Câmara Municipal de Esposende refere, porém, a presença de um maior número (10 locais) de vestígios arqueológicos subaquáticos, assim como também de património terrestre, este apresentado na tabela seguinte.

Tabela 4-1 – Património arqueológico identificado no âmbito do PDM de Esposende no PNLN

Freguesia	Património
Antas	Castro da idade do ferro/ Estação arqueológica designada por cidade de Belinho
	Menir de São Paio das Antas
	Habitat da idade do ferro e sepulturas (aparecimento de 2 sepulturas no interior do habitat)
	Necrópole Proto-Histórica; Sepulturas de inumação (10) no lugar do Monte
	Instrumentos líticas, Salinas
	Habitat da Época Romana
	Paredão da Ponte (topónimo/ruínas da ponte que servia a Estrada Real)
	“Villa” ou casal romano
	Ocupação romana
	Mamoá da Agra de Antas
	Necrópole Proto-Histórica
	Ocupação romana
	Povoado da época romana/alta idade média
	Inscrição medieval da igreja paroquial
	Mamoá de Soleimas
	Povoado da época romana/ alta idade média
Mamoá	
Belinho	Castro
	Instrumentos Líticos
	Túmulos Monolíticos
	Ocupação romana; Sarcófago Monolítico; Pé de altar; Lagar
	Topónimo-Aras
	Salinas de Sublago; Instrumentos Líticos de Sublago
	Salinas de Lontreiras; Instrumentos Líticos de Lontreiras
Mar	Castro
	Menir de São Bartolomeu do Mar
	Pena D’Orca (topónimo)
	Picos Asturienses

PLANO DE ORDENAMENTO E GESTÃO DO PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE
FASE 1 – PARTE I: DESCRIÇÃO – VOLUME IV: CARACTERIZAÇÃO DO USO DO SOLO,
UNIDADES DE PAISAGEM, SOCIO-ECONOMIA E PATRIMÓNIO – JULHO 2007

Marinhas	Castro de Nossa Senhora da paz
	Ocupação romana/alti-medieval (Rio de Moinhos)
	Ocupação romana/alti-medieval (Cepães-Igreja)
	Salinas e cerâmicas de Cepães
	Vários (Ocupação romana/alti-medieval; Sarcófagos; Época Românica; Cachorrada, século XV; Porta quinhentista, século XVI)
	Ocupação romana/alti-medieval
	Instrumentos líticos
	Sepultura
	Ocupação romana/alti-medieval
Esposende	Necrópole
Fão	Necrópole/Cemitério Medieval das Barreiras
	Instrumentos Líticos
	Vários
Apúlia	“Villa” Romana

Fonte: Câmara Municipal de Esposende.

No que respeita o património arquitectónico, encontram-se identificados, no âmbito do PDM de Esposende oito imóveis, estando dois classificados:

- Forte de Esposende (também designado Castelo de São João Baptista), exemplo de arquitectura militar situado na foz do Cávado, classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto n.º 28/82, DR 47, de 26-02-1982.
- Ponte metálica de Fão, sobre o rio Cávado, entre Fão e Esposende, sendo datada de finais do século XIX, e tendo sido classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto n.º 1/86, DR 2, de 03-01-1986.

E um em vias de classificação:

- Casa Dr. Fernando Ribeiro da Silva, em vias de classificação pelo Despacho n.º 50/2004-PRES, de 23 de Abril.

**PLANO DE ORDENAMENTO E GESTÃO DO PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE
 FASE 1 – PARTE I: DESCRIÇÃO – VOLUME IV: CARACTERIZAÇÃO DO USO DO SOLO,
 UNIDADES DE PAISAGEM, SOCIO-ECONOMIA E PATRIMÓNIO – JULHO 2007**

Tabela 4-2 – Património identificado no âmbito do PDM de Esposende no PNLN

Designação	Categoria de Protecção	Tipologia do Imóvel	Freguesia/Lugar
Ponte Luís Filipe/ Ponte metálica de Fão	IIP Imóvel de Interesse Público	Outros elementos	Fão/ EN 13 sobre o rio Cávado
Forte de São João	IIP Imóvel de Interesse Público	Edifício	Marinhas/ Lugar do rio, foz do Cávado
Casa Dr. Fernando Ribeiro da Silva	Em vias de classificação	Casa/ Edifício	Fão / Bonança
Moinhos de Vento	-	Moinhos e azenhas	Apúlia/ Areia
Edifício dos socorros a náufragos	-	Edifício	Esposende/ Praça da Ribeira
Capela de Nossa Sra da Bonança	-	Capela	Fão/ Bonança
Facho da Bonança	-	Outros elementos	Fão/ Bonança
Moinho de vento	-	Moinhos e azenhas	Gandra/ Praça da Ribeira

Fonte: Câmara Municipal de Esposende.

Os imóveis classificados e em vias de classificação, assim como os dois sítios arqueológicos inventariados pelo Actual IGESPAR, I.P. no interior do PNLN, são objecto de fichas de caracterização que sintetizam a informação disponibilizada, apresentadas em anexo a este Relatório. A sua implantação encontra-se representada na Carta 9, relativa ao património arqueológico e arquitectónico.

4.4. PATRIMÓNIO ETNOGRÁFICO

O Património Etnográfico reflecte os modos de vida tradicionais da população residente na área do PNLN e envolvente, apresentando-se, por isso, uma forte conotação com as actividades agro-marítimas.

Neste sentido, destacam-se as vivências e tradições ligadas à pesca, actividade que apresenta ainda uma expressão considerável no litoral do concelho, devendo a sua coexistência com o recreio balnear (mais expressiva na Apúlia) ser entendida numa perspectiva de unicidade da paisagem e valorização turística.

A apanha do sargaço (e do pilado), que apresenta, actualmente, uma expressão meramente residual, constituiu, no passado, a base económica familiar de um importante sector da população. Podem assim, ser identificadas, principalmente nas

**PLANO DE ORDENAMENTO E GESTÃO DO PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE
FASE 1 – PARTE I: DESCRIÇÃO – VOLUME IV: CARACTERIZAÇÃO DO USO DO SOLO,
UNIDADES DE PAISAGEM, SOCIO-ECONOMIA E PATRIMÓNIO – JULHO 2007**

freguesias de Belinho, Mar e Fão, jazigas algológicas e indícios dessas práticas agro-marítimas²⁰. A apanha do sargaço transcreve-se como um dos principais elementos de valor cultural/etnográfico do concelho, sendo lhe associado um conjunto de utensílios tradicionais associados – gravetas, ganchorras, croques, ganchos, roda-foles, arrastões, galritos e foçinhões – e trajes típicos, como os utilizados pelo Grupo de Sargaceiros da Apúlia.

O fim principal desse sargaço era a fertilização dos campos de masseiras (ou gamelas), surgidos no final do século XIX, os quais integram também o património cultural e etnográfico do PNLN, e funcionam em si mesmos como elemento de valorização paisagística.

O artesanato²¹ desenvolvido no concelho é também testemunho de tradições e costumes, destacando-se os trabalhos em cestaria, e também vários artefactos ligados ao mar, como os artigos ligados à apanha do sargaço, em Apúlia, os trabalhos em conchas, em Fão, e a construção de barcos (catraias) e redes de pesca, em Esposende.

São também diversas as festividades identificadas na área do PNLN, principalmente de cariz religioso. Destacam-se, pela sua maior visibilidade, a festa da Nossa Senhora da Bonança, em Ofir, e particularmente o “Banho santo” em São Bartolomeu do Mar (24 de Agosto), romaria acompanhada de feira, espectáculos e arraiais populares, enquadrando, assim, as potencialidades de complementaridade entre o Turismo de Natureza e o Turismo Religioso.

Outro elemento que deve ser apresentado no âmbito do património cultural/etnográfico é a gastronomia, com fortes influências marinhas. Destaca-se, neste sentido, a iniciativa “Março com sabores de Mar”, onde participam vários restaurantes espalhados pelo concelho, promovendo a gastronomia tradicional, de que exemplo o Arroz de Lampreia e as Clarinhas.

Concluindo, o mar marca a riqueza do património etnográfico do PNLN, nas suas várias vertentes, modos de vida, artesanato, gastronomia, festividades, etc., e até no imaginário colectivo, de que constitui exemplo principal, a Lenda dos Cavalos de Ofir.

²⁰ Com base do Património evocativo a Costumes, constante do POOC Caminha-Espinho – Volume “Valores e Pólos de Atracção (Fevereiro de 1999), onde são referidos os locais de Barca, Regos, Praia de São Bartolomeu do Mar, Cepães, costa dunar a Norte do farol em Esposende, Fão e Cedovem.

²¹ Baseado em: www.visitesposende.com/cult_artesanato.php?idioma=pt.

Bibliografia

- C&M Consulting (2002) – Revitalização do Tecido Económico do Concelho de Esposende em Função das Condicionantes Ambientais, Relatório de Trabalho
- FREITAS, C. (2002) – Contributos para a Requalificação Paisagística da Área Protegida do Litoral de Esposende, Relatório de Estágio, Instituto de Conservação da Natureza – Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende.
- INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA – Enquadramento Estratégico do Turismo de natureza na Paisagem protegida do Litoral de Esposende.
- OLIVEIRA, M.GOMES, V.; BETTENCOURT, P. (2002) – Zona Costeira Esposende/Ofir: Vulnerabilidade/Segurança das Ocupações Edificadas
- PEREIRA, C. (2003) – Requalificação das Masseiras (Agricultura Tradicional), Relatório de Estágio, Instituto de Conservação da Natureza – Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende.
- PINTO, R. (2003) – Planos de Gestão dos Sítios “Litoral Norte” e “Serra d’Arga” da Rede Natura 2000, Relatório de Estágio, Instituto de Conservação da Natureza – Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende.
- QUARTENAIRE PORTUGAL/ PARQUE EXPO (2002) - Plano Estratégico do Litoral do Concelho de Esposende entre São Bartolomeu do Mar e Apúlia.

ANEXOS

Anexo I – Fichas do Património Arqueológico e Arquitectónico

PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO		
Designação: VILLA ROMANA	CNS: 2790	
Outras designações: VILA MENENDIS		
Tipo de Sítio: Povoado/Habitat	Período: Romano	
Topónimo: Praia da Apúlia		
Distrito: Braga	Concelho: Esposende	Freguesia: Apúlia
Classificação: -		
Descrição: Também conhecido como Vila Mendes ou Vila Mendi. Foi encontrada cerâmica de construção, recipientes de cerâmica, alfinete de cobre, osso, segundo Manuel de Boaventura, informação de 1955.		
Referências Bibliográficas: ALMEIDA, Carlos A. Brochado de (1988) – Carta Arqueológica de Esposende, Boletim Cultural de Esposende, Volume 13714, Esposende, pp.34-40. Gomes, José M. Flores (2000) – A vila Mendo, Estela e a romanização do litoral minhoto, Boletim Cultural da Póvoa do Varzim, ed. Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, volume XXXV, pp. 405-435. GUIMARÃES, A. Oliveira (1997) - Museu Archeologico (da Sociedade Martins Sarmiento), Revista de Guimarães, Guimarães. 24:2, p. 67-78.		
Trabalhos: -		

PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO		
Designação: NECRÓPOLE/ CEMITÉRIO MEDIEVAL DAS BARREIRAS	CNS: 3345	
Outras designações: BOUÇA DOS LÍRIOS		
Tipo de Sítio: Necrópole/Cemitério		Período: Idade Média (século XII-XIV)
Topónimo: Barreiras		
Distrito: Braga	Concelho: Esposende	Freguesia: Fão
Classificação: -		
Descrição: -		
Referências Bibliográficas: ALMEIDA, Carlos A. Brochado de (1988) – Carta Arqueológica do Concelho de Esposende, Boletim Cultural de Esposende, volume 13/14, Esposende, pp. 26-32. ALMEIDA, Carlos A. Brochado de <i>et alii</i> (1990/92) – Necrópole Medieval das Barreiras (Fão), Boletim Cultural de Esposende, volume 17, Esposende, pp. 127-136. BOAVENTURA, Manuel da (1966) - Uma necrópole em Fão- Esposende, Lucerna, 5, Porto, p. 615-616. CHAVES, Jerónimo Gonçalves (1924) – Elementos para a História de Famalicão, Famalicão. CUNHA, Eugénia <i>et alii</i> (1990/92) – Paleodemografia da População Medieval de Fão, Boletim Cultural de Esposende, volume 17, Esposende, pp.127-136. CUNHA, Eugénia (1997) – Populações medievais portuguesas (séc. XI-XV). A Perspectiva paleobiológica, Arqueologia Medieval, n.º 5, Edições Afrontamento, pp.57-83. LARCHER, Jorge (1948) – Monografia de Fão, Esposende. NEIVA, Manuel A. Penteado (1987) – Esposende – Breve Roteiro Histórico, Esposende.		
Trabalhos: Trabalhos de Salvamento realizados, por Carlos Alberto Brochado de Almeida, em 1989, anteriores ao IPA, encontrando-se o relatório aprovado.		

PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

Designação: **PONTE METÁLICA DE FÃO (SOBRE O RIO CÁVADO, ENTRE FÃO E ESPOSENDE)**

Outras designações: -

Categoria: **Arquitectura Civil**

Tipologia: **Ponte**

Local: **Sobre o rio Cávado**

Distrito: **Braga**

Concelho: **Esposende**

Freguesia: **Fão**

Estatuto de Protecção

Situação: **Classificado**, pelo Decreto n.º 1/86, DR n.º 2, de 03-01-1986

Categoria de Protecção: **IIP Imóvel de Interesse Público**

Descrição:

A ponte metálica de Fão, que atravessa o rio Cávado, inscrevia-se na antiga Estrada Real que ligava o Porto a Viana do Castelo. Começou a ser construída em 1888, sob projecto de engenheiro Reynaud e tendo como director da obra o engenheiro Abel Maria Mota. Quatro anos depois, em 1892, era inaugurada mantendo-se em funcionamento até 2006, ano em que foi encerrada para obras de beneficiação. A ponte, de tabuleiro metálico plano, com passeio para peões e candeeiros metálicos, é sustentada por sete pilares ovais. As cornijas são lisas, e uma delas, a jusante, assenta sobre cachorros. Na margem esquerda os peões acedem ao tabuleiro através de escadas. Por sua vez, a guarda metálica é formada pelos elementos que conferem solidez e estabilidade à ponte, ou seja, vigas em T, outras perpendiculares e tirantes na diagonal, o que desenha um reticulado em forma de losangos.

Referências Bibliográficas: -

PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO		
Designação: FORTE DE ESPOSENDE		
Outras designações: CASTELO DE SÃO JOÃO BAPTISTA		
Categoria: Arquitectura Militar	Tipologia: Forte	
Local: Lugar do Rio, foz do rio Cávado		
Distrito: Braga	Concelho: Esposende	Freguesia: Esposende
Estatuto de Protecção		
Situação: Classificado , pelo Decreto n.º 28/82, DR n.º 47, de 26-02-1982		
Categoria de Protecção: IIP Imóvel de Interesse Público		
<p>Descrição:</p> <p>Povoação pertencente à Casa de Bragança, Esposende foi um dos portos piscatórios do Minho que participou activamente na empresa dos Descobrimentos durante os séculos XV e XVI. No reinado de D. Manuel os moradores fizeram todos os esforços para obter foral, mas apenas em 19 de Agosto de 1572 D. Sebastião dotou a povoação com o estatuto de vila. Em 1699 foram abertos os alicerces para a construção de um forte junto à foz do rio Cávado para proteger a barra do rio, integrado no plano defensivo da costa portuguesa. O Forte de São João Baptista, originalmente de planta estrelada, possuía em cada um dos ângulos um baluarte e uma guarita. As obras terminaram em Junho de 1702, tendo sido nomeado como governador António da Cunha Sotto Mayor. A autoria do projecto é atribuída ao engenheiro Manuel Pinto Vila Lobos, tendo sido a construção dirigida pelo mestre Pedro da Rocha Vale, natural de Vila Nova de Cerveira. (AMÂNDIO, Bernardino, 1994, p. 54) Em 1866 a estrutura original do forte, nomeadamente a disposição da sua planta, foi modificada para a construção de um farol e do respectivo edifício anexo, que serve de habitação ao faroleiro. Construído em ferro, o farol do forte de Esposende é uma das raras torres metálicas existentes em Portugal.</p>		
<p>Referências Bibliográficas:</p> <p>AMÂNDIO, Bernardino (1996) - Esposende e o seu concelho na história e na geografia", Mínia, n.º 4, Braga.</p> <p>PROENÇA, Raul (1983) - Guia de Portugal, v.4, t. I : Entre Douro e Minho, Douro Litoral, Lisboa.</p>		

PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO		
Designação: CASA DR. FERNANDO RIBEIRO DA SILVA		
Outras designações: CASA DE OFIR		
Categoria: Arquitectura Civil	Tipologia: Casa/ Edifício	
Local: -		
Distrito: Braga	Concelho: Esposende	Freguesia: Fão
Estatuto de Protecção		
Situação: Em Vias de Classificação , com Despacho de Abertura pelo Despacho Nº 50/2004-PRES., de 23 de Abril.		
Categoria de Protecção:		
Descrição:		
<p>Projectada por Fernando Távora em 1957, a Casa de Ofir ergue-se num lote do terreno livre. De cariz vincadamente organicista, o edifício implanta-se no terreno sob linha horizontalizante e articulando uma planta de desenho orgânico concebido em leque e que se transforma no ponto referencial do qual emanam as funções programáticas do edifício de habitação unifamiliar.</p>		
Referências Bibliográficas: -		